

Pedro César Pereira Faria Santos

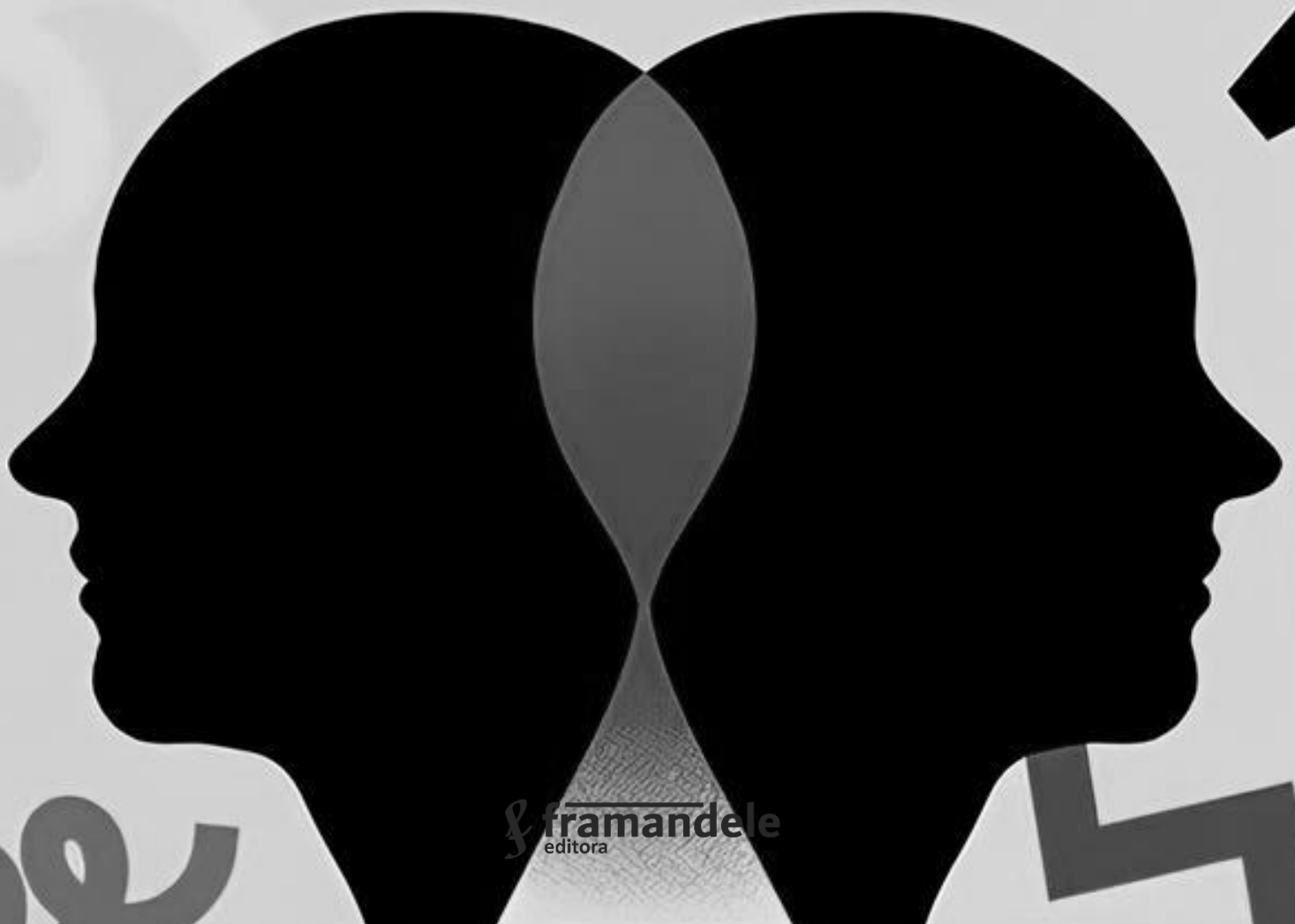
# REFLEXÕES SOBRE A REPRODUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO EM RELACIONAMENTOS HOMOAFETIVOS



 **framandele**  
editora

Pedro César Pereira Faria Santos

**REFLEXÕES SOBRE A  
REPRODUÇÃO DAS  
IDENTIDADES DE GÊNERO  
EM RELACIONAMENTOS  
HOMOAFETIVOS**



© 2024 – Framandele Editora

[editora.framandele.com.br](http://editora.framandele.com.br)

framandele@gmail.com

**Autor**

Pedro César Pereira Faria Santos

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Capa:** Freepik/Framandele

**Revisão:** O autor

**Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Santos, Pedro César Pereira Faria  
S237r Reflexões sobre a reprodução das identidades de gênero em relacionamentos homoafetivos / Pedro César Pereira Faria Santos. – Formiga (MG): Framandele Editora, 2024. 80 p. : il.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-983748-0-8  
DOI: 10.29327/5439007

1. Família. 2. Reprodução. 3. Papéis de Gênero. 4. Sexualidades.  
I. Santos, Pedro César Pereira Faria. II. Título.

CDD: 306.76  
CDU: 301

*Os conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seu autor.*

Downloads podem ser feitos com créditos ao autor. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Framandele Editora  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[editora.framandele.com.br](http://editora.framandele.com.br)  
[framandele@gmail.com](mailto:framandele@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://editora.framandele.com.br/2024/10/reflexoes-sobre-reproducao-das.html>



**REFLEXÕES SOBRE A REPRODUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO EM  
RELACIONAMENTOS HOMOAFETIVOS**

**PEDRO CÉSAR PEREIRA FARIA SANTOS**

**FORTALEZA – CEARÁ**

A todes LGBTQI's que foram assassinados ou ainda sofrem com algum tipo de violência. Além daqueles que, assim como eu, querem apreender mais sobre as estruturas heteronormativas de nossa sociedade para termos meios de lutar contra a discriminação sexual e de gênero.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Mariayda Pereira Faria e Fablício Antônio Santos da Silva pela criação e apoio que até hoje me proporcionam.

À UECE, por ter me acolhido e mostrado que não há nada de errado em ser plural.

À Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Maria Elisangela Albuquerque Silva, por ter me auxiliado a chegar ao recorte desta pesquisa, mesmo sem ser minha professora da disciplina, na qual eu desenvolvia o anteprojeto.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena de Paula Frota, pela oportunidade de bolsa de iniciação científica concedida, pois, no OBSERVEM, tive a chance de conhecer e estreitar relações com professores e professoras ímpares para a minha formação acadêmica.

À Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Kelyane Silva de Sousa, pela consideração, carinho e respeito que sempre teve comigo.

À Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Daniele Eduardo Rocha, pela oportunidade de bolsa voluntária de monitoria e ser esse paradigma de profissional.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana de Oliveira Alcântara, pelo apoio, tanto, no aspecto emocional quanto acadêmico quando cursei a disciplina de Fundamentos de Trabalho de Conclusão de Curso.

À discente Tamara Rodrigues, por ter me acolhido quando migrei para estudar no turno da noite.

A Ruan Carlos da Silveira Campos, por sempre ter sido um amigo tão acolhedor.

A Jady Moura Falcão, pelo apoio prestado quando passei pelo pior momento da minha vida que foi quando tive depressão.

À mestranda Drielly Nascimento Holanda, por nunca ter se deixado levar pelas coisas que falaram sobre mim e ter sido sempre uma amiga maravilhosa.

Às discentes Débora Lessy, Luana Rocha, Bruna Ximenes, Pedro Igor, Tais Alexandre, Keliane de Oliveira, Raphaele Vieira e Rosalvo Negreiros, por terem sido colegas de bolsa, solidarizando-se com meus problemas e passando um pouco de seus conhecimentos.

Aos monitores Ana Caroline Silva e Felipe Bandeira Pimentel Drumond do projeto Núcleo de Danças e Lutas (Nudal), pela dedicação, companheirismo, paciência e todos os ensinamentos que passaram para mim e meus colegas, tendo sido este último para além do tatame.

Aos entrevistados Marcelo, Alexandre, Thiago e Mateus, pois sem eles não teria sido possível entrar, em campo e, dessa forma, desenvolver um trabalho de maior qualidade, observando e analisando por um prisma mais orgânico o meu objeto de estudo.

Ao meu terapeuta Carlos de Thalisson Tenório Vasconcelos, pelo trabalho, complacência e carinho que teve comigo e ainda está tendo.

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Fernanda Mara de Moraes Ferreira, pela paciência e profissionalismo nessa trajetória tão longa e árdua que foi o meu TCC, além de todo o conhecimento que dividiu comigo.

Às demais membras da banca examinadora Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Eliana Coelho da Silva e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra por terem aceitado meu pedido para avaliar minha defesa e por sempre se mostraram pessoas generosas e acolhedoras



## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a compreensão acerca das formas como podem ocorrer a reprodução dos papéis de gênero dentro dos relacionamentos de casais gays. A investigação se desenvolveu por meio da metodologia qualitativa, realizada através de entrevistas semiestruturadas com dois casais homoafetivos que vivem maritalmente. Por conta do contexto pandêmico fez-se necessário a realização das entrevistas por meio de vídeo conferência na plataforma meet. Por conseguinte, foi possível chegar a reflexões as quais apontam que as sexualidades são múltiplas, assim como as formas de performatividade dos diferentes gêneros. Quanto as possíveis considerações dessa pesquisa, destacamos que: as formas de reprodução das características de gênero podem variar de acordo com a cultura, geração e educação de cada indivíduo; os casais entrevistados demonstraram certa fluidez quanto às questões relacionadas ao binarismo Homem/Mulher; que tanto reproduzem elementos de um papel feminino, como também particularidades do papel masculino; problematizam a reprodução de papéis padronizados, podendo ou não chegar a consensos; o que nos leva a compreender que os papéis de gênero são reproduzidos entre os casais, mas também são produzidos por eles.

**Palavras-chave:** Família. Reprodução. Papéis de Gênero. Sexualidades.

## **ABSTRACT**

This research aims to study the understanding of the ways in which the reproduction of gender roles can occur within the relationships of gay couples. The investigation was developed using qualitative methodology, carried out through semi-structured interviews with two same-sex couples who live together. Due to the pandemic context, it was necessary to carry out the interviews via video conference on the meet platform. Therefore, it was possible to arrive at reflections which point out that sexualities are multiple, as are the forms of performativity of different genders. Regarding the possible considerations of this research, we highlight that: the ways in which gender characteristics are reproduced may vary according to the culture, generation and education of each individual; the couples interviewed demonstrated a certain fluidity regarding issues related to the Man/Woman binary; which both reproduce elements of a female role, as well as particularities of the male role; they problematize the reproduction of standardized roles, whether or not they may reach consensus; which leads us to understand that gender roles are reproduced between couples, but are also produced by them.

**Keywords:** Family. Reproduction. Gender Roles. Sexualities.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLS	Gays Lésbicas e Simpatizantes
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queers e Intersexuais
Nudal	Núcleo de Danças e Lutas
Nupes	Núcleo de Pesquisa Social
Observem	Observatório da Violência Contra a Mulher
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG's	Organizações Não Governamentais
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
TAG	Transtorno de Ansiedade Generalizada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UECE	Universidade Estadual do Ceará
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>Percurso Metodológico.....</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>GÊNERO E AS RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, FAMILIARES E CULTURAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1</b>	<b>A categoria gênero e suas construções sociais.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2</b>	<b>Família: uma construção histórica e enraizada.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3</b>	<b>Divisão de papéis sociais para mulheres e LGBTQI's: uma divisão baseada no sexo e na identificação de gênero.....</b>	<b>36</b>
<b>3</b>	<b>HOMOAFETIVIDADES: ENTRE PRECONCEITOS E RESISTÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1</b>	<b>Breve Histórico sobre a homossexualidade no Brasil.....</b>	<b>40</b>
<b>3.2</b>	<b>LGBTQI: Da construção do movimento homossexual ao movimento queer.....</b>	<b>45</b>
<b>3.3</b>	<b>O movimento LGBTQI e a luta política.....</b>	<b>53</b>
<b>4</b>	<b>A RELAÇÃO CONJUGAL DE CASAIS GAYS: RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>58</b>
<b>4.1</b>	<b>Identificação das características presentes nas relações de gênero vivenciadas dentro de relações conjugais.....</b>	<b>58</b>
<b>4.2</b>	<b>Compreensão sobre como cada indivíduo pensa seu papel dentro da relação conjugal.....</b>	<b>63</b>
<b>4.3</b>	<b>Considerações sobre a reprodução de papéis de gênero na vida dos casais gays.....</b>	<b>66</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>74</b>
	<b>APÊNDICE B – NOVO ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MARCELO.....</b>	<b>75</b>
	<b>APÊNDICE C – NOVO ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALEXANDRE.....</b>	<b>76</b>
	<b>APÊNDICE D – NOVO ROTEIRO DE ENTREVISTA MATEUS.....</b>	<b>77</b>
	<b>APÊNDICE E – NOVO ROTEIRO DE ENTREVISTA COM THIAGO</b>	<b>78</b>

<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>	<b>79</b>
---	-----------

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho teve como tema a compreensão de como se reproduzem os papéis de gênero no interior das relações conjugais de casais gays, pois percebemos que as definições de homem e mulher nada mais são do que uma construção social, cultural e histórica, vindas de longas datas e sociedades. Isso, na prática, prejudica grande parcela da sociedade, como casais homoafetivos. Na verdade, a comunidade composta por Lésbicas, Gays, Bissexuais, transexuais, Travestis, Transgêneros, Queers e Intersexuais (LGBTQI), muitas vezes reproduz construções de gênero em seus relacionamentos.

Dessa forma, é importante citar a reflexão de Scott (1989, p. 21):

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder [...]

A importância dessa pesquisa se dá por analisarmos o contexto das relações de poder baseadas nos gêneros binários, que têm estruturado uma sociedade desigual, adoecida e violenta. No tocante à violência que acomete a população LGBTQI, o Grupo Gay da Bahia<sup>1</sup> (GGB) divulgou, por meio de relatório, que o número de mortes de LGBTQI's em 2019 foi de 329 pessoas com maior recorrência para as regiões Norte (17,02%), Sudeste (29,79%) e Nordeste (35,56%), ou seja, a soma das três regiões chega a 82,37%. Enquanto, o Sul e o Centro-Oeste do país apresentam taxas inferiores a 10%. O estudo leva em conta o número de suicídios de membros da comunidade LGBTQI. Foram 297 homicídios (90,3%) vítimas da homotransfobia e 32 suicídios (9,7%) no ano de 2019. De 2000 a 2019 o maior número de mortes de LGBTQI's foi de 445 pessoas, ocorrendo daí um decréscimo. Entretanto, apesar disto o índice continua alto e alarmante.

Deste modo, também argumenta o Atlas da violência (2020), ao colocar que existe dificuldade para identificar com exatidão os índices de violência contra a

---

<sup>1</sup> “O Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980 é talvez o primeiro grupo de direitos homossexuais a ser registrado como sociedade civil, ainda em 1983” (TREVISAN, 2018, p. 339).

comunidade LGBTQI, devido à subnotificação dos crimes. Ademais, o referido documento enfatiza, que isto ocorre em razão da não inclusão de questões relativas à performatividade de gênero e orientação sexual nos registros de boletins de ocorrência, o que acarreta não somente subnotificação, mas também dificuldade da elaboração de políticas públicas para proteger a comunidade.

Ressalta-se que o trabalho será tratado, em sua grande parte, na primeira pessoa do plural, em respeito ao fato do referido ter sido construído em conjunto com a orientadora e considerar também os/as próprios leitores. Apenas, no momento, em que se falar sobre a minha trajetória é que será refletido na primeira pessoa do singular.

Nesta direção, percebemos por meio de pesquisas e vivências pessoais, que há diversas definições de gênero que não conseguem dar conta de explicar a complexidade humana, pois a questão de gênero e suas consequências para os mais diversos segmentos da sociedade humana têm uma amplitude muito maior do que um simples significado hermético pode dar conta de explicar. Ademais, definições de gênero fechadas podem levar pessoas a assumir um papel mais por pressão social do que por sua própria escolha.

A autora Joan Scott, na sua obra “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, inicialmente fala a respeito de como os gêneros estão subordinados à gramática. Scott (1989) disserta que a relação com a gramática é ao mesmo tempo explícita e cheia de possibilidades inexploradas. Explícita que o uso gramatical implica em regras formais, as quais decorrem da designação de masculino ou de feminino, revelando possibilidades inexploradas, porque em vários idiomas indo europeus existe uma terceira categoria – o sexo indefinido ou neutro (SCOTT, 1989).

Ela também coloca em pauta o fato de no âmbito disciplinar de uma instituição acadêmica não serem tratados os conceitos dominantes ou ao menos de forma, que abale o seu poder e talvez transformá-lo. Ademais, Scott (1989) queixa-se de historiadores não terem expressado as provas de que mulheres tiveram uma “história” ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. A princípio, historiadores não feministas reconheciam a história das mulheres para depois descartá-la em um domínio separado. Isso exemplifica bem o quanto essas definições de gênero são prejudiciais, pois relegam até mesmo participações de grande importância histórica, como ocorreu com várias mulheres na Revolução Francesa (SCOTT, 1989).

Scott (1989, p. 06), afirma ainda que no seu uso “recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres””. Livros e artigos de todo o tipo, os quais tinham como assunto a história das mulheres, fizeram substituição, nos últimos anos, de seus títulos tirando a palavra “mulheres” pelo termo de “gênero” (SCOTT, 1989). Entretanto, este tipo de prática causa uma invisibilização da categoria mulher quanto às suas especificidades e autonomia, assim como pode ocultar que falar sobre gênero é falar sobre feminilidades e masculinidades.

A hierarquia entre homens e mulheres pode ser refletida, contemporaneamente, nos dados sobre violência contra as mulheres, pois segundo o Atlas da Violência (2020, p. 34): “Em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino”.

Assim, observamos que a definição de homem e mulher, nos mais variados tipos de sociedades ocidentais, representa mais uma forma de opressão para o ser humano do que uma manutenção benéfica da vida em sociedade. Dessa forma, causando, várias vezes, problemas como a violência contra aqueles que estremecem com esses parâmetros estabelecidos, como a comunidade LGBTQI.

Na sociedade espartana, como nos aponta Dieter (2012, p. 02): “eram incentivadas entre os soldados práticas sexuais entre eles, dessa forma, na batalha a luta se daria por outra perspectiva, pois o soldado lutaria para se proteger e defender seu amado”. Portanto, acarretando uma exclusão ou inserção social dependendo da cultura na qual a pessoa estava inserida naquele momento.

Deste modo, para continuar a reflexão sobre gênero e homoafetividade é importante ressaltar a argumentação de Nascimento (2015, p. 560-561):

[...] Vale lembrar, ainda, que nem sempre a cultura apregooou o ideal de exclusividade da heterossexualidade, como pode ser visto em estudos que analisam documentos antigos, quando a homossexualidade masculina era parte integrante dos costumes e da vida social, e até “fazia do homem mais homem” pelo fato de praticar sexo com outro homem [...].

Outrossim, Nascimento (2015) analisa que a perseguição histórica em relação aos homossexuais acendeu o que na contemporaneidade é designado como homofobia, sentido que abrange os mais variados modos de violência contra os homossexuais.



O filme, *Os Imorais*, escrito e dirigido por Vietri, conta a história de um rapaz de família rica, Mário, que faz amizade com Gustavo com o intuito de que o rapaz o ajudasse a conquistar, Glória, uma das clientes do salão onde Gustavo trabalha. Após descobrir a homossexualidade do cabelereiro ele diz que Gustavo tem que “virar homem” e para isso teria que fazer sexo com uma mulher. Então, Gustavo o indaga se homem, então é o marido da Glória, o qual sabe que ela o trai, porém se cala, pois da relação é ela quem é a dona do dinheiro do qual usufruem, se homem é o pai do Mário, que tem caso com o secretário, mas vive uma vida de aparências com a mãe dele, ou se homem é o próprio pai do Gustavo, que morreu de cirrose, enchendo sua mãe de desgosto.

Por fim, o rapaz de família rica acaba se apaixonando por Gustavo. Entendemos, por esse exemplo, que o padrão diz que para ser homem é necessário somente ter relações sexuais com mulheres, caso contrário, a masculinidade deve ser posta em prova.

Esta história, brevemente, narrada pode contribuir para entendermos que a sociedade está fortemente atrelada ao Regime de heteronormatividade, o qual estabelece noções de gênero e sexualidade, colocando como natural determinada coerência entre sexo (nasceu macho ou fêmea), gênero (torna-se homem ou mulher) e orientação sexual (se é um homem, então manifestará desejo afetivo e sexual por mulheres, e vice-versa) (SEFFNER, 2013). Para muitos essa é uma ordem natural, fazendo com que vários daqueles que não se enquadram nisto sejam tratados como anormais, pecadores e/ou doentes entre outros estigmas.

Diante disso, as relações de gênero tendem a obedecer a padrões estabelecidos pela sociedade patriarcal, a qual padroniza que o homem deve ser o provedor do lar e a mulher submissa a todos os seus desejos. Na explanação de Frota; Osterne (2004, p. 36) há uma explicação para isso:

Deixando esquecidas a origem de seus valores, suas crenças e normas, o que em geral predomina é a idéia de relações familiares baseadas na hierarquia, na subordinação, no poder e na obediência. Aceita-se a prevalência da autoridade masculina, admitem-se as relações desiguais, acredita-se na crença de que o mundo externo pertence ao masculino e a casa ao feminino. Fora deste referencial, as famílias são consideradas “incompletas” ou “desestruturadas”.

As temáticas de sexualidade e de relações de gênero têm sido constantes, nas universidades, nas pesquisas, nas mídias, na política e no âmbito social, devido

ao apelo de pessoas, que por serem excluídas do seio social recorrem à militância e outras formas de enfrentamento social, como a parada LGBTQI e o movimento feminista para terem uma inserção social maior.

Nascimento et.al. (2015, p. 560) se posicionam quanto a isto que foi dito:

[...] Ao comparar os arranjos homossexuais aos heterossexuais, corre-se o risco de traçar paralelos discriminatórios. Assim, investigar os relacionamentos amorosos entre pessoas do mesmo sexo não deveria visar à comparação com o modelo heterossexual, mas sim ter em vista conhecê-los em suas especificidades e singularidades, como formas genuínas de expressão da afetividade.

Partindo deste enunciado, refletimos que nenhum casal é igual, mesmo os casais homoafetivos, por isso conhecer suas particularidades por meio de pesquisas sistematizadas faz-se necessário, para, dessa forma, desvelar a importância dos aspectos cotidianos desses casais e disseminar conhecimento pertinente, diminuindo preconceitos.

Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como se reproduzem os papéis de gênero no interior das relações conjugais de casais gays cisgêneros<sup>2</sup>. Assim, para compor o objetivo geral foram utilizados como objetivos específicos: identificar as características presentes nas relações de gênero vivenciadas dentro da relação conjugal de casais gays cisgêneros; compreender como cada indivíduo pensa seu papel dentro da relação conjugal; entender de que forma as discussões sobre a reprodução de padrões de gênero, hegemonicamente estabelecidos, podem contribuir para compreendermos as relações de gênero produzidas ou reproduzidas pelos casais gays cisgêneros. As categorias de análise são: família, reprodução, gênero e sexualidades.

Portanto, o tema trabalhado trata da hegemonia das definições ocidentais de gênero e suas consequências para relacionamentos homoafetivos, além de desvelar aspectos da realidade social destes casais e promover a valorização do indivíduo independente de seu gênero e sua identificação sexual. Desse modo, tornando essa realidade compreensível para os colegas de Universidade e o pesquisador. No entanto, não haverá superação das ações discriminatórias presentes no ambiente social, somente por meio do meu Trabalho de Conclusão de Curso

---

<sup>2</sup> Cisgênero é a nomenclatura utilizada para designar aquelas pessoas que se identificam quanto a maioria das performatividades exigidas para o seu gênero designado a nascer (BUTLER, 2016).

(TCC). Deste modo, há outras formas que também podem contribuir para a amenização ou mesmo a erradicação de discriminações e violências contra a comunidade LGBTQI, como políticas educacionais e debates, que possam provocar mudanças sociais profundas. Ainda, Gondim (1999) já advertia, que o papel do investigador social e sua grande revolução, é apenas tornar esse mundo compreensível.

Meu interesse em pesquisar este tema se deu em razão das minhas experiências acadêmicas e pessoais. Integrei o Observatório da Violência Contra a Mulher (Observem<sup>3</sup>) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) enquanto bolsista voluntário, e posteriormente, de iniciação científica, o que facilitou para eu apreender ainda mais acerca da categoria gênero. No Observem houve a oportunidade de entrar em contato com diversas referências bibliográficas, as quais muitas foram escritas pelas próprias pesquisadoras do Grupo de Pesquisa. Ademais, fui devidamente orientado por professores, tanto do grupo quanto do Núcleo de Pesquisa Social (Nupes), o qual fica no mesmo espaço do Observem. Os pesquisadores, professores e bolsistas de ambos os sócios espaços, estavam sempre à disposição para sanar minhas dúvidas acadêmicas.

Por conseguinte, sou oriundo do Estado do Amazonas, porém resido no Ceará desde os seis anos de idade. Nunca fiz parte de nenhum coletivo por medo da exposição e de acabar sofrendo retaliação devido à minha identificação sexual. Identifico-me como gay desde os meus oito anos de idade. Inclusive, este foi o motivo por ter optado pela metodologia de amostragem em “Bola de Neve”<sup>4</sup>, para conseguir ir a campo, pois não possuo grande contato com pessoas LGBTQI’s, ainda mais tendo que ser algo tão específico como casais gays.

---

<sup>3</sup> “O Observem é um espaço de monitoramento das condições de vida da mulher cearense e da violência que se abate sobre as mesmas. Trata-se de uma experiência de acompanhamento das políticas públicas e sociais desenvolvidas local e nacionalmente, principalmente no tocante a efetivação da Lei Maria da Penha e de todas as formas de discriminação contra as mulheres”. Disponível em:<<https://observem.com.br/page/o-que-e-o-observem>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>4</sup> “A amostragem de bola de neve é um tipo de amostragem não probabilística que é usada quando os participantes em potencial são difíceis de encontrar ou se a amostra é limitada a um subgrupo muito pequeno da população. Neste tipo de amostragem, os participantes da pesquisa recrutam outros participantes para um teste ou estudo. Aqui os pesquisadores usam seu próprio julgamento para escolher os participantes, ao contrário da amostragem aleatória simples, onde as chances de qualquer membro ser escolhido são as mesmas”. Disponível em:<<https://www.questionpro.com/blog/pt-br/o-que-e-amostragem-de-bola-de-neve/>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

Acrescenta-se que esta pesquisa trouxe uma melhor compreensão acerca de como minha identificação sexual é percebida dentro da sociedade brasileira, proporcionando-me maior respaldo teórico para lutar contra qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Além de demonstrar, que casais gays podem possuir problemas e desafios conjugais da mesma ordem que outros casais, independente da performatividade de gênero e da identificação sexual.

A necessidade de estudar sobre esse tema veio também devido ao fato de desde criança assistir muito a novelas e filmes, percebendo na maioria deles, que um casal de protagonistas heterossexuais sempre atendia aos padrões sociais. Contudo, ao observar as peculiaridades da relação entre meu pai e minha mãe, sempre repleto de brigas, percebia que fora da ficção as relações não condiziam com o que era exposto na TV.

Desse modo, associando estas influências ao fato de eu ser gay e querer constituir uma família, me deparei com a invisibilidade da família nuclear homoafetiva por parte de grande parcela da sociedade. Esta invisibilidade pode se dar por meio do não reconhecimento da conjugalidade ou uma visão romântica exacerbada dos relacionamentos homoafetivos.

Além disso, no âmbito acadêmico, o dito trabalho poderá servir como referência para outros estudantes, os quais pretendam dissertar acerca da mesma temática, pois se trata de uma pesquisa incessante por ser um assunto que está em constante processo de mudança social. Desse modo, a pesquisa pode trazer informações relevantes para o tema abordado.

Por conseguinte, no âmbito social, será possível contribuir para casais homoafetivos estremecerem com os paradigmas de gênero que possam servir apenas como formas de opressão, discriminação e preconceito. Além de facilitar para familiares e amigos entenderem melhor seus parentes e aceitá-los.

## **1.1 Percurso Metodológico**

O presente trabalho é de natureza qualitativa e possui um caráter exploratório-descritivo. Fez-se necessário utilizarmos método qualitativo, pois como coloca Melucci (2005) existem experiências dos indivíduos que não podem ser analisadas, unicamente, por meio de instrumentos de pesquisa quantitativa. Melucci (2005) declara que existem pesquisas, as quais exigem um método de investigação mais

próximo das experiências das pessoas, mais presente no campo, do seu agir, como aquela que a pesquisa qualitativa põe à disposição.

Ademais, o estudo conta com o suporte de pesquisas bibliográficas, como artigos e livros, além de pesquisas documentais produzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo GGB. Por conseguinte, no aspecto da coleta de dados, foram feitas entrevistas e análises das falas dos entrevistados, por meio de reflexões do pesquisador e seus diálogos com citações de autoras/es.

Algumas referências artísticas são utilizadas no TCC, como filme e música, pois trata-se de uma forma de suspensão do cotidiano, para também haver reflexão acerca de condutas nocivas que estão enraizadas socialmente, porém, devido ao fato de estarem normalizadas no seio social, não são realizadas reflexões corriqueiramente.

Como nos afirma Cardoso (2013, p.63):

Quando viajamos, por exemplo, muitas vezes podemos abstrair nosso cotidiano, nossa rotina, e, a partir disso, ao enxergar esse cotidiano um pouco à distância, repensarmos algumas coisas dele e, ao retornarmos a nossa rotina, mudar aspectos desta na busca de uma vida melhor, mais confortável. Assim, é necessário tomarmos o ônibus da vida por vezes, mesmo submersos em nosso cotidiano tão saturado de reproduções e não reflexões, e sentarmos na janela por alguns instantes na tentativa de olhar esse cotidiano à distância. É claro que estamos falando em um nível e dimensão bem mais profundos, mas esse já seria um exercício muito interessante.

Cardoso (2013, p. 63) reflete ainda que:

Para isso, em nosso entender, apoiados em Heller (2000) e Lukács (1978) temos alguns instrumentos essenciais nesse caminho: a educação, a cultura, a arte, a política, o trabalho criador e ciência (aqui podemos nos remeter à filosofia, à sociologia, à reflexão teórica ética, etc.) enquanto práxis possibilitadoras da ação ética/do sujeito ético.

Por conseguinte, analisamos a entrevista como sendo o instrumento de coleta de informações mais adequado para esta pesquisa, pois a investigação necessita mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam explicitados. Desta forma, permiti um aprofundamento. Ademais, foram coletados indícios do modo como o objeto de estudo se percebe e levantamos informações consistentes, que permitiram descrever e compreender a

lógica a qual comanda as relações que se estabelecem no interior da comunidade LGBTQI.

É o que nos diz Deslandes; Gomes; Minayo (2012, p. 65):

A entrevista como fonte de informação pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundos – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. Os cientistas sociais costumam denominar esses últimos de dados “subjetivos”, pois só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa. Constituem uma representação da realidade: ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos.

Por conseguinte, acrescentamos que o campo é a relação de casais homoafetivos masculinos, cisgêneros, casados ou que vivem maritalmente. O intuito inicial dessa pesquisa era de entrevistar também casais compostos por mulheres cisgêneros e lésbicas, porém, percebeu-se que pelo fato de se tratarem de gêneros distintos haveriam grandes disparidades, sobretudo, nas análises, não sendo possível tratarmos de forma aprofundada em um trabalho de cunho monográfico.

As entrevistas foram do tipo semiestruturada. Uma entrevista para cada membro do casal, para não interferir na resposta um do outro. Ressaltamos que foram realizadas com dois casais. Além disso, foi necessário realizar novamente entrevistas com os cônjuges, para aprofundar determinados aspectos, que ficaram escassos nos primeiros diálogos.

Ademais, para entrar em contato com os entrevistados, utilizou-se a estratégia metodológica conhecida como amostragem em “Bola de Neve”, como já mencionado. Tal estratégia se iniciou na disciplina de Pesquisa Aplicada, onde o pesquisador começou os primeiros diálogos com o campo. Nesta disciplina, um dos entrevistados indicou o perfil do facebook de um outro cônjuge, o qual com seu marido, fez parte do campo analisado para o TCC. As primeiras conversas com este cônjuge indicado começaram por meio da rede social Messenger, e se estenderam até o aplicativo WhatsApp. O contato do segundo casal foi feito por meio de mediação da orientadora.

Além disso, levando em consideração o fato da sociedade estar vivendo um período pandêmico<sup>5</sup>, as entrevistas foram realizadas por meio de videoconferências pela plataforma “meet”. Também é importante frisarmos a preocupação ética que se deu previamente, pedindo permissão para gravar as entrevistas e antes de iniciar as perguntas lendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os entrevistados.

Além disto, foram utilizados nomes fictícios na transcrição das entrevistas, para assegurar o sigilo dos entrevistados. Desta forma, optou-se por substituir seus nomes pelos de atores famosos, como Marcelo Serrado, Alexandre Nero, Mateus Solano e Thiago Fragoso, os quais são artistas da emissora de televisão aberta, Globo, que respectivamente interpretaram casais gays, em cinema e em novela.

No tocante às dificuldades pessoais, tive problemas para me concentrar nas primeiras entrevistas dos casais, pois estava ansioso e apreensivo, preocupando-me com sinal wifi falhar ou fazer alguma pergunta e/ou expressão indevida. Acredito que por este motivo, na primeira entrevista com o Marcelo o interrompi algumas vezes, e por isso posso ter prejudicado o diálogo, além de causar desconforto. Ademais, estava o tempo todo preocupado em seguir o roteiro e por isso também tive dificuldade de deixar a entrevista fluir. Entretanto, os entrevistados foram bem receptivos. Prova disto é o fato de terem os dois casais aceitado dar nova entrevista, a qual foi mais proveitosa para essa pesquisa e para mim também, pois conduzi a entrevista de modo mais tranquilo e seguro. Enfatizamos que o novo roteiro apenas continha indagações para aprofundamento das respostas dadas na entrevista anterior.

Quanto aos outros obstáculos encontrados ao longo da pesquisa é importante ser frisada a questão da saúde mental, pois sofro de Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) e durante a pandemia da covid 19 caí em profunda depressão. Isto causou entraves no processo de construção da pesquisa, precisando realizar terapia, o que contribuiu bastante para me dar ânimo e continuar com o processo de escrita do TCC.

---

<sup>5</sup> “Pandemia é o estágio mais grave de uma escala de incidência e pode ser decretada em casos onde uma patologia se espalha dentro de quadros epidêmicos por diversos países e continentes. Mas para receber esta classificação, a doença deve ser infecciosa e atingir um grande número de pessoas simultaneamente, além de possuir uma transmissão inicial local fixada, como no caso da SARS-CoV-2, que começou na cidade de Wuhan, na China”. Disponível em: <<https://www.drakeillafreitas.com.br/surto-pandemia-epidemia-e-endemia/>>. Acesso em: 28 de fev. 2021.

Ademais, deveria ter tido cuidado com o uso de determinadas palavras, as quais ainda são de uso recorrente de acadêmicos da área de humanas. Um dos entrevistados não soube responder de modo satisfatório para sua pesquisa, pois não compreendeu o significado de algumas locuções e também não teve maturidade para lidar com o imprevisto. O interlocutor também não declarou desconhecer o significado de dados vocábulos, provavelmente por se sentir constrangido por desconhecê-las, o que aliás não tem problema nenhum.

Neste sentido, percebemos que o trabalho de um pesquisador é árduo e longo, sendo também dotado de construção e desconstrução intensa. Nesta perspectiva, é necessário ter flexibilidade intelectual e se despir dos preconceitos. Isto posto, esta pesquisa privilegia análises do trabalho de campo, por meio das técnicas já citadas e das análises de pesquisas bibliográficas.

Os dados, informações e reflexões suscitadas pela pesquisa foram sistematizadas e organizadas em quatro capítulos, conforme a seguinte lógica expositiva. No primeiro capítulo, denominado “INTRODUÇÃO”, dialogamos acerca da motivação pessoal que instigou a pesquisa, trajetória da investigação, objetivos, além da relevância acadêmica e social do estudo.

No segundo capítulo, intitulado “GÊNERO E AS RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, FAMILIARES E CULTURAIS”, discutimos acerca da categoria gênero e como está envolvida em diversas situações cotidianas, demonstrando estar presente em diferentes sociedades ocidentais, por meio de diversos marcadores sociais, representando mais uma construção social, política, familiar e cultural do que somente uma dimensão biológica.

Em referência ao terceiro capítulo, chamado “HOMOAFETIVIDADES: ENTRE PRECONCEITOS E RESISTÊNCIAS”, tratamos acerca dos diversos preconceitos, os quais cercam as sexualidades dos indivíduos em especial a homossexualidade. Fazemos ainda um resgate histórico das resistências, as quais surgiram em combate ao preconceito e discriminação contra a comunidade LGBTQI.

Por último, no capítulo quatro designado “A RELAÇÃO CONJUGAL DE CASAIS GAYS: RESULTADOS DA PESQUISA”, encontra-se a discussão acerca da problematização sobre a reprodução ou produção das relações de gênero na vida conjugal dos casais gays entrevistados.



## 2 GÊNERO E AS RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, FAMILIARES E CULTURAIS

### 2.1 A categoria gênero e suas construções sociais

Os papéis de gênero são representados por forte influência social, cultural, familiar e política devido a construções (im)postas. Muitas vezes, essas construções serão pautadas no sexo, ou seja, a anatomia do indivíduo exposta ao nascimento é o que irá servir como marcador para atribuir ornamentos femininos ou masculinos.

Entretanto, em diversos momentos, as pessoas não respondem ao que é socialmente (im)posto, pois como cita Butler (2004, p. 267): “Na medida em que as normas de gênero são reproduzidas, elas são invocadas e citadas por práticas corporais, que também têm a capacidade de alterar normas durante sua citação”.

No tocante à comunidade LGBTQI, tratam-se de pessoas que desafiam as normas sociais de gênero, pois todas as letras da sigla questionam e transgridem o que se espera deles devido ao seu sexo<sup>6</sup>. Alguns serão mais contundentes, no abalamento das normas, como é o caso de transexuais, porém, todas, todos e todes, que se posicionam enquanto LGBTQI, terão uma parcela de estremecimento, em relação ao esperado para a sua anatomia.

Por conseguinte, os papéis sociais desempenhados por homens e por mulheres cisgêneros, na sociedade ocidental, advém da reafirmação de valores normativos baseados nos sexos macho e fêmea. Diferentemente, do que a cultura ocidental padroniza, o fato de um indivíduo ser do sexo masculino não é fator para ele ser grosseiro, bom de briga, bom em esportes, assim, como o fato de uma pessoa ser do sexo feminino não é fator determinante para ser cuidadosa, meiga e delicada.

Como nos mostram os estudos feitos por Miskolci (2006, p 683- 684):

Uma identidade hegemônica não se estabelece sem um apelo e uma incitação à disciplina. No caso particular dos homens, desde o início da era contemporânea os exércitos e os esportes se encarregaram de criar identidades hegemônicas reconhecíveis em contornos físicos definidos. Guerreiro ou jogador, ambos incitam a conformação dos homens a um modelo de masculinidade dominador, agressivo e disciplinado, modelo que impõe limites corporais e identitários estreitos, pois se assenta em um duplo assujeitamento: corporal e subjetivo.

---

<sup>6</sup> Sexo não se trata meramente de uma questão biológica. Existe também uma construção cultural que permeia esta categoria da mesma forma que a categoria gênero (BUTLER, 2016).

Assim, os que insistem em sair desse binarismo (Homem/Mulher) de gênero, diversas vezes, vivenciam fenômenos sociais, como o feminicídio, a transfobia, a lesbofobia e a homofobia. Ainda mais sendo que, em muitos casos, é inevitável não sair deste padrão pelo fato de que os papéis masculino e feminino, como coloca Butler (2016), são uma questão de performatividade, na qual, tanto homens quanto mulheres, dificilmente alcançam os papéis de modo que satisfaça plenamente o que é socialmente e culturalmente esperado.

Miskolci (2006, p. 687) corrobora com o relatado quando declara que: “A construção da subjetividade masculina é tão corporificada quanto à feminina, de forma a colocar parte dos homens no topo da hierarquia de gênero [...]”. No entanto, Miskolci (2006) enfatiza que apenas parte dos homens alcança as exigências sociais, sendo reconhecidos socialmente, somente os homens, brancos, católicos, héteros e de classe social abastada, como os melhores exemplares da masculinidade.

Assim, por meio deste pensamento de Miskolci (2006) consideramos que, tanto homens quanto mulheres sentem o peso da pressão social de exercerem seus papéis de gênero. Entretanto, mulheres sentem uma pressão social maior, chegando muitas a perder a própria vida caso não correspondam às expectativas. Ao passo que, muitos homens se sentem, na obrigação de exercer seus papéis sociais, nem que para isso precisem perder a liberdade judicial ou mesmo a própria vida. Um caso a ser citado<sup>7</sup> é o do policial civil do Pará, Edson Campos Pojo, o qual matou a esposa e, posteriormente, suicidou-se com um tiro na cabeça. Segundo vizinhos o casal estava em processo de divórcio.

A despeito das normatizações que culturas ocidentais estabelecem ao gênero “mulher”, faz-se alusão à música “(You make me feel like) A Natural Woman” composta por Carole King, Gerry Goffin, Jerry Wexler e imortalizada pela voz da cantora Aretha Franklin.

Olhando lá fora a manhã chuvosa  
Eu costumava me sentir tão não inspirada  
E quando percebia tinha que encarar outro dia  
Oh, isso me deixava tão cansada

---

<sup>7</sup> “Investigador da PC mata a esposa a tiros e depois tira própria vida em Belém”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/03/01/homem-mata-a-esposa-a-tiros-e-depois-tira-propria-vida-em-belem.ghtml>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

Antes do dia que te encontrei  
A vida era tão desagradável  
Mas seu amor é a chave para minha paz mental

Pois você me faz sentir,  
Você me faz sentir  
Você me faz sentir  
Como uma mulher natural (mulher)

A música demonstra o que é sentir-se mulher para o eu lírico<sup>8</sup>. Ainda, analisamos por meio dela que há construção social do que se acredita ser necessário para sentir-se uma mulher. Notamos que ela costumava sentir-se “não inspirada e cansada”, como é citado, na letra da música, até conhecer e se relacionar com determinada pessoa, então passou a sentir-se uma mulher natural. Isso apesar das grandes transformações sociais ainda se mostra, como espelho de conduta, dentro das relações binárias.

Para Butler (2016, p. 51): “considera-se a experiência de uma disposição psíquica ou identidade cultural de gênero como uma realização ou conquista”. Assim, fazendo uma analogia com o trecho da música, percebemos que a construção de gênero virá, pelo meio social ao qual o eu lírico está inserido. Entretanto, existem pessoas, que não se identificam com as características designadas ao nascer, acarretando muitas vezes rechaçamento social. A adequação pelo contrário, reforça os papéis binários.

Butler (2016) é a principal referência no estudo de performatividade e tece, que os gêneros nada mais são do que repetições de condutas, as quais se baseiam na anatomia para seguir padrões binários, como homem/mulher, sexo/gênero e biológico/cultural. Exemplos de pessoas à margem de tais binarismos são as mulheres transexuais e travestis, pois de acordo com as normas sociais, não se adequam às identidades (im)postas na ordem social, sendo consideradas por muitas pessoas, como sujeitas transgressoras (DUARTE, 2017).

No que se refere ao sexo, é importante argumentarmos que ele próprio também é cultural, pois como explica Laqueur (2001), no início os sexos não tinham nomes. O autor ressalta que apenas com o passar dos séculos quando a medicina se

---

<sup>8</sup> “Esse termo designa uma espécie de narrador do poema, e assim seria chamado se não estivéssemos falando dos textos literários, sobretudo do gênero lírico. Quando você lê um poema e percebe a manifestação de um “eu literário”, aquela voz, aquela personagem presente nos versos, não é necessariamente o autor real do poema”. Disponível em: <<https://www.portugues.com.br/literatura/eu-lirico.html>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

desenvolveu devido à Revolução Industrial, que os sexos ganharam nomenclaturas diferentes em sua anatomia. Até então o corpo das mulheres era visto como um corpo imperfeito, portanto, eram homens invertidos (invertidos por ser o seu órgão reprodutor interno). É necessário ressaltar que a questão política também estava intrínseca, na designação dos sexos, como acrescenta Laqueur (2001).

Deste modo, refletimos que a anatomia foi e ainda é utilizada como forma de construir os gêneros, baseando-se para a sua construção, em preconceitos e discriminações. Constatamos o que foi argumentado por meio do que é citado na obra de Laqueur (2001, p. 42): “As mulheres, em outras palavras, são homens invertidos, logo, menos perfeitas”, em alusão, aos órgãos sexuais de homens e mulheres.

Ademais, a afirmação da identidade de gênero se concretizará por meio da cultura, a qual estabelece normas para essa autoafirmação, dessa forma, reforçando o binarismo homem/mulher, que são os dois gêneros, predominantemente reconhecidos. Entretanto, para haver essa conquista é necessária uma diferenciação em relação ao gênero oposto, pois, desse modo, quanto mais diferente for do outro gênero mais será o seu próprio, demonstrando o binarismo homem/mulher e negando outras formas de identificação (BUTLER, 2016).

Todavia, é necessário ponderarmos, afinal, como identifica Duarte (2017, p. 69): “gênero não é um mero depositário da cultura”. Assim, a cultura pode ter forte influência, mas não necessariamente ela irá ser decisiva para que o gênero seja de acordo, como a cultura se coloca para o sexo biológico designado ao nascer.

Neste contexto, Butler (2004) disserta que gênero se trata de um conjunto de normas, as quais terão como base para definir o feminino e o masculino, manifestações biológicas, manifestações físicas e manifestações performativas do ser humano.

Assim, a norma, dentro da cultura, estabelece o que é padrão para cada indivíduo. As normas são reproduzidas na sociedade, na maioria das vezes, sem serem questionadas. Entretanto, quando se passa a questionar estas reproduções, muitos sofrem diversas hostilizações.

Butler (2004, p. 252) argumenta:

A sugestão de que gênero é uma norma requer maiores elaborações. Uma norma não é o mesmo que uma regra, e não é o mesmo que uma lei. Uma norma opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da *normalização*. Embora uma norma possa ser analiticamente separada das práticas nas quais ela está inserida, também pode mostrar-se recalcitrante a

quaisquer esforços de descontextualização de sua operação. Normas podem ou não serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem.

Ainda, definições rígidas de gênero podem causar dores psicológicas e físicas àqueles que não se adequam às normas, como argumenta Butler (2004, p. 268) sobre a violência sofrida por quem rompe com as reproduções, passando por dor e levando na carne marcas de violência e de sofrimento:

A questão da “correção” cirúrgica de crianças intersexuais é um caso exemplar. Aqui o argumento é de que crianças que nascem com características sexuais primárias irregulares devem ser “corrigidas” para adequar-se, sentir maior conforto, se tornarem normais. Cirurgias corretivas são às vezes realizadas com o apoio dos pais e em nome da normalização, e os custos psíquicos e físicos dessas cirurgias demonstraram ser enormes para aqueles que foram submetidos, por assim dizer, à “faca” da norma.

Desta forma, as regulações de gênero podem ser tão agressivas que muitos intersexuais<sup>9</sup> ao nascerem sofrem verdadeiras mutilações corporais com a autorização dos próprios pais para que possam se adequar ao que a sociedade tem como normal, pois se não possuir, exclusivamente, características anatômicas do sexo feminino ou do sexo masculino, o indivíduo estaria fora da curva da normalidade. Assim, gênero extrapola a produção social binária mulher/homem.

Por conseguinte, é importante enfatizarmos, que os estudos de sexualidade e de gênero estão imbricados, não sendo possível argumentar sobre um sem tecer reflexões acerca do outro. Afinal, a sociedade questiona sobre identidade de gênero, baseando-se na sua sexualidade e vice-versa. Por exemplo, muitos gays não são socialmente identificados como homens, mesmo que se identifiquem com o sexo designado ao nascer, pois diversas pessoas associam sentir atração pelo gênero masculino, como uma exclusividade feminina, assim, distanciando-se da masculinidade. Em relação a esta discussão Miskolci (2006, p. 688) relata:

O assujeitamento às representações do verdadeiro homem - do corpo musculoso, da obrigação da conquista e do domínio - faz parte da auto-representação, da subjetivação identitária moldada por mecanismos regulatórios que impõem modelos inseridos em regimes de verdade que mal

---

<sup>9</sup> “Intersexual é o termo usado para descrever pessoas que nascem com características sexuais biológicas que não se encaixam nas categorias típicas do sexo feminino ou masculino”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47250834>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

começamos a desconstruir. As representações sociais sobre o que é um homem de verdade são poderosas.

Ainda, por meio da citação é viável notarmos que muitos heterossexuais têm medo de se ver nos homossexuais, pois, como apresenta Louro (1997) o heterossexual pode sentir que seu gênero, seja ele masculino ou feminino, não é autêntico. Esta desconstrução causa medo, pois quebra paradigmas fortemente construídos, por exemplo, que um homem não pode ser sensível, além de mexer em privilégios sociais, mas que precisam ser reanalisados e modificados por causa da LGBTQIfobia.

Ademais, é possível também analisarmos que as pessoas confundem moralismo<sup>10</sup> com moral<sup>11</sup>, pois muitos julgam a conduta de casais homoafetivos baseados nos seus juízos de valor. Entretanto, a prática homossexual não irá acarretar fome, sede ou interferir em qualquer outra necessidade básica. Assim, o incômodo é apenas o reflexo de valores transgredidos e questionáveis. De acordo com Cardoso (2013, p. 48):

Apenas as regras e normas que, embora destinadas ao indivíduo, digam respeito ao coletivo, ou seja, normas que falem do comportamento individual na relação com a coletividade, para que essa não seja afetada negativamente. Ações do indivíduo que tenham de fato implicações morais. Assim, deveríamos ter normas que orientassem o comportamento do indivíduo no que atinge o coletivo, por exemplo, 'não matar', e não nas coisas que dizem respeito à singularidade, aos desejos e sonhos de cada um e que em nada interferem no coletivo, por exemplo, "não se relacionar afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo" [...]

Portanto, gênero é reflexo de uma construção social, cultural, política e econômica pautada na anatomia sexual dos indivíduos e que, por sua vez, pode acarretar uma fixidez de gênero binária homem/mulher, a qual traz diversos sofrimentos a quem não segue a norma social padrão. Além disso, o sexo não definirá o gênero, pois pode receber influência para a construção do gênero, porém não é

---

<sup>10</sup> Moralismo é uma consideração moral inconsistente, que se faz acerca de qualquer conduta, ignorando a particularidade e a complexidade da situação julgada, pautando-se em juízos de valor (CARDOSO, 2013).

<sup>11</sup> A moral trata-se de um conjunto de regras sociais baseadas, em valores e juízos de valor, as quais irão nortear as condutas sociais dos indivíduos pertencentes à determinada sociedade (CARDOSO, 2013).

elemento definidor. Do mesmo modo, que o gênero receberá influência da cultura, porém a cultura também não é elemento decisivo para definir o gênero.

O termo mulher começou a ser usado nas pautas dos movimentos feministas para posteriormente, o termo gênero começar a ser utilizado pelas ciências sociais para analisar a situação feminina. Entretanto, devido à identificação do fato de que mulheres sofrem diversas discriminações por construções sociais, culturais e políticas pautadas no sexo estudiosas no assunto começaram a empregar o termo mulher, como se estivesse dentro de uma categoria muito maior que é a de gênero segundo Scott (1989). Entretanto, observar a categoria mulher, por meio do prisma da categoria de gênero não pode ser usado como forma de colocar os estudos feministas, dentro dos estudos de gênero, pois corre-se o risco de invisibilizar as mulheres acarretando em uma nova forma de deslegitimar as lutas destas. Piscitelli continua a explanação (2002, p. 07-08):

Na atualidade é comum opor os “estudos sobre mulher” aos “estudos de gênero”. Ao mesmo tempo, ainda é frequente a confusão entre “gênero” e “mulher”. As duas situações são compreensíveis quando se pensa na história do pensamento feminista. Quero dizer que o conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre “mulher” e compartilhando vários dos seus pressupostos. Mas, a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres.

Scott (1989) também afirma que gênero não se refere apenas a mulheres, mas a relação entre mulheres e homens e às desigualdades impostas à vida daquelas. Nesta hierarquia construiu-se que a dinâmica cotidiana das mulheres deve ficar subordinada a dinâmica social dos homens. Isto se estruturando de tal maneira que se normalizou, as mulheres ficarem relegadas à esfera doméstica, porém muito foi rompido e muitas estão entrando, no mercado, de trabalho e cursando o ensino superior.

Entretanto, ainda recebem salários inferiores aos dos homens, que exercem as mesmas funções e seu labor profissional fica quase sempre, na esfera da assessoria, do cuidado e do apoio. Isto se percebe quando Scott (1989) disserta que gênero é utilizado como substituto de mulheres, sugerindo que as informações acerca das mulheres estão necessariamente ligadas às informações sobre os homens, como se o mundo das mulheres estivesse embutido no mundo masculino. Louro também declara (1997, p. 17):

É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizam a esfera do privado, o mundo doméstico, como o “verdadeiro” universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres. Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, “de apoio”, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. As características dessas ocupações, bem como a ocultação do rotineiro trabalho doméstico, passavam agora a ser observadas. Mais ainda, as estudiosas feministas iriam também demonstrar e denunciar a ausência feminina nas ciências, nas letras, nas artes.

Assim, o patriarcado está estruturado nas instituições, pois como confirma Piscitelli (2002), as instituições patriarcais foram desenvolvidas no contexto da dominação masculina e esta, por sua vez, está presente no tempo e nas culturas, dificultando das instituições escaparem deste sistema. Nele, os homens estão constantemente, sendo privilegiados no trabalho, no âmbito doméstico e nas relações sociais em detrimento das mulheres.

Portanto, percebemos que as construções sociais pautadas na genitália dos indivíduos, as quais impõem a sexualidade que os seres humanos devem seguir e designarão ao nascer o gênero (homem/mulher) das pessoas, descambam por contribuir para gerar uma sociedade com diversos conflitos e tensões.

## **2.2 Família: uma construção histórica e enraizada**

Dentro desta perspectiva, é necessário dissertarmos, que a própria instituição familiar brasileira, trata-se de uma instituição patriarcal, a qual estrutura primeiramente, uma relação de poder no seio familiar, para depois estender seu poder para a economia (FROTA; OSTERNE, 2004).

Desse modo, o patriarcado está enraizado na maior parte do mundo. Notamos o forte enraizamento, no Brasil, por meio da veemente defesa da “tradicional família brasileira”, que geralmente, terá como papéis centrais: uma mãe abnegada, meiga e gentil, além de um pai forte, viril e provedor. Laqueur (2001) argumenta, que na antiguidade a visão era de que o sexo da mulher era fraco e o do homem era forte, por isso os homens exerciam o papel de corajosos ao revidar ataques, podendo, deste modo, sair e adquirir bens; as mulheres exerciam o papel do cuidado, ficando, por



este motivo, relegadas ao âmbito doméstico, cuidando dos bens adquiridos pelo homem.

Por conseguinte, quanto aos fenômenos da LGBTQIfobia é importante salientar, que se o patriarcado é um sistema, o qual estabelece papéis para o homem e para a mulher, começando pela família e se estendendo a outras esferas sociais, então, isto poderá reforçar preconceitos e discriminações contra aqueles que não se enquadram nesses papéis como a comunidade LGBTQI.

Duarte, assim argumenta (2017, p. 60-61):

As diferenças sexuais entre homens e mulheres não delimitam os estigmas e as hierarquias. Tal delimitação está na construção das relações sociais que, por sua vez, perfazem as normas e convenções estabelecidas de modelos de sexualidade, identidade e comportamento, em que os homens representariam o sexo “dominante”, viril e opressor e as mulheres o sexo que a este deveriam estar subjugadas. A determinação de papéis sociais, sexuais e padrões de feminilidade e de masculinidade perpetuam o sexismo e o machismo e estabelecem identidades binárias excludentes, uma vez que travestis e transexuais são consideradas seres estranhos e incoerentes na consonância entre sexo e gênero. Diante de tal processo é que se faz necessário compreender as relações de gênero e a construção dos binarismos sociais que tem como modelo central e legítimo a heteronormatividade.

Quanto à questão familiar, muitos casais homoafetivos sofrem diversas hostilizações referente à iniciativa de constituir uma família. No próprio seio familiar, quando a questão é a conjugalidade destes, muitas vezes, ocorre apenas o reconhecimento de uma singela amizade.

Assim, Heilborn (2004, p. 142) apresenta:

Parte-se aqui do ponto de vista de que a identidade de casal é situacional. Se, de um lado, é a esfera interna que provê a unidade da díade, de outro, é a dimensão externa, ao representar sua face pública, que reforça substancialmente a identidade. A clivagem interna/externa dessa identidade é particularmente acirrada no caso dos pares homossexuais, uma vez que, variando os contextos, tal identidade pode não ser reconhecida.

É frequente que o casal homossexual, seja ele do sexo feminino ou masculino, em sua maioria, tenha esse tipo de relação com seus familiares, onde as famílias do casal irão reconhecer diante da sociedade e/ou mesmo no âmbito privado apenas um relacionamento de amizade e não um relacionamento marital. Esse não reconhecimento demonstra um preconceito e discriminação. “O não reconhecimento/conhecimento por parte das famílias tende a ser saudado pelos

indivíduos homossexuais como uma benesse. Tal avaliação decorre coerentemente da idéia de que o casal diz respeito a ele mesmo [...]” reforça Heilborn (2004, p. 143).

Desta forma, pode ser comum encontrarmos casais que aparentemente não se interessam se serão reconhecidos ou não, se importando, prioritariamente, com que consigam exercer sua vida conjugal. Contudo, o desconforto em relação ao não reconhecimento da conjugalidade pode existir entre os casais já que a família enquanto uma instituição histórica exerce sobre todos grande influência e poder, além de possuir importância essencial nas vidas das pessoas.

Outro preconceito que muitos ainda têm é quanto à adoção feita por casais homoafetivos, pois muitos acreditam que as crianças se tornarão homossexuais, devido à influência ou terão algum tipo de perturbação psicológica. Entretanto, essa mentalidade está mudando pois diversos juízes e juízas estão concedendo a guarda para casais homoafetivos não somente por seu conhecimento prévio sobre o assunto, mas também por causa de pareceres favoráveis de assistentes sociais, os quais entram no entendimento de que os muitos casais estão aptos a adotar, independentemente de sua sexualidade e de que isso não influencia nos cuidados com a criança adotada.

Por conseguinte, desde a década de 1960, o movimento gay já fazia reivindicações para terem direito à constituição familiar, porém só recentemente que esse direito tem sido respeitado, por meio de adoção concedida e reprodução assistida.

Andrade; Ferrari (2011, p. 28) apoiam essa opinião:

Por meio de um movimento comunitário, em 1969, ocorreu a irrupção do Movimento Gay e com ele a reivindicação dos mesmos direitos garantidos para todos os heterossexuais: assumir publicamente, com dignidade, sua escolha sexual, constituir uma família com filhos [...].

Esse é um direito, cuja a reivindicação se iniciou com o movimento gay, mas somente foi consolidada após a sua ampliação para incorporar a diversidade das identidades de gênero e sexualidades, tornando-se o atual movimento LGBTQI. Contudo, esse direito conquistado impele sobre essa população uma série de consequências, que variam, desde a não legitimidade social da família constituída até as práticas preconceituosas e discriminatórias.

Prosseguindo, nas palavras de Frota; Osterne, (2004, p.34):

A imagem mais instantânea que se tem de uma família é aquela onde aparecem pai, mãe e filhos vivendo numa mesma casa. [...] Essa imagem corresponde a um modelo, o tradicional modelo da família nuclear burguesa. Essa família, considerada natural, uma vez apresentada com aparência de ter sempre existido dessa mesma forma, é, de fato, uma invenção recente [...].

Essa imagem tratada que é a de família composta por: pai, mãe e filhos, demonstra um modelo estabelecido que nem sempre existiu. Todavia, com a ascensão da burguesia esse passou a ser um modelo padrão, ficando assim a reflexão de que como surgiu devido ao aparecimento de uma classe social, então está atrelado a uma forma econômica. É importante ressaltarmos a aliança entre igreja católica e burguesia, como forma de coexistirem, como afirmam Frota; Osterne (2004, p. 35):

No século XVIII, então, com o aparecimento da escola, da privacidade do lar, da ênfase na igualdade entre os filhos, da manutenção das crianças junto aos pais no núcleo conjugal, do sentimento de família em íntima relação com o sentimento de classe, valorizado pelas instituições, sobretudo pela igreja, inicia-se a delinear-se o que se convencionou chamar: família nuclear burguesa.

Deste modo, podemos ter como interpretação que a concepção, a qual só pode ocorrer entre macho e fêmea, acontece não necessariamente por um sentimento amoroso, mas para que haja descendentes. Isto com o intuito de continuar com um legado, o qual é o patrimônio do burguês. As próprias Frota; Osterne (2004) declaram, que o modelo burguês de família é centrado na criança (herdeiro do legado), no lar e no patrimônio (legado). Nesse modelo de família a homossexualidade estaria fora de cogitação, pois segundo ele, na conduta homossexual não haveria uma forma de garantir a continuidade da família.

Reitero o dito, por meio de Costa (2004, p. 192):

Ussel admite que o aburguesamento da sociedade criou, como ideal humano da sexualidade, a unidade entre sexo, amor, matrimônio e procriação. Deste modo, passou a ser tida como ilícita a sexualidade fora do casamento (amor livre, coito pré-conjugal ou extra-conjugal); a sexualidade sem amor (prostituição, masturbação); ou, a sexualidade sem procriação (homossexualidade, sexualidade infantil, sexualidade do climatério).

Referindo-se acerca da questão doméstica é importante frisar, que muitas relações estão envolvidas por forte relação de poder, pois a distribuição de tarefas, em um lar assim, como em qualquer sócio espaço consiste em estruturas hierárquicas, as quais serão tecidas de acordo com o poder estabelecido para cada indivíduo,

atribuindo-se tais tarefas, por meio do que é estabelecido pela divisão sexual do trabalho, através do sexo biológico de cada componente de um casal. Afinal, como declara Louro (1997, p. 43): “No interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem o seu exercício, são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades”. No caso de um casal heterossexual cisgênero a diferença está na anatomia destes indivíduos, os quais vivem a relação, podendo representar fortes disparidades sociais principalmente no âmbito doméstico.

### **2.3 Divisão de papéis sociais para mulheres e LGBTQI's: uma divisão baseada no sexo e na identificação de gênero**

A problematização feita até aqui faz analisarmos certa divisão de papéis sociais em relação ao gênero e as identidades sexuais. Parte das mulheres estão relegadas a tarefas domésticas, como cuidar do lar e cuidar dos filhos, enquanto muitos homens ficam com atribuições do âmbito público. Esta configuração desigual é justificada pelas instituições sociais, como a família, por meio das diferenças sexuais e físicas entre homens e mulheres. Deste modo, por serem consideradas frágeis, principalmente quando gestantes, acabavam exercendo mais atividades domésticas, enquanto os homens saíam para exercer afazeres no âmbito público, como caçar e coletar lenha, no caso de sociedades menos urbanizadas. Como apresenta Laqueur (2001, p. 45):

[...] essas visões não constituem uma exposição moderna de dois sexos. Em primeiro lugar, não há um esforço para basear os papéis sociais na natureza; as próprias categorias sociais são naturais e estão no mesmo nível explanatório do que nós consideraríamos ser fatos físicos ou biológicos. Portanto, a natureza não está para a cultura como o sexo está para o gênero, como nas discussões modernas; o fundamento biológico não é, mesmo em princípio, um fundamento de arranjos sociais específicos [...]

Contudo, esta distinção ocorria quando a divisão social era baseada na força física, sendo que na atualidade é necessário muito mais do que grande força física para uma sociabilidade plena. Estas práticas podiam até atender às exigências do período, porém, atualmente, para fazer parte do âmbito público é necessário um intelecto bem desenvolvido e bom traquejo social. Assim, este tipo de cultura com raízes arcaicas mostra-se como reforço para o machismo, a misoginia e o feminicídio. Ainda hoje as diferenças anatômicas são utilizadas para justificar o fato de mulheres

receberem salários inferiores no mercado de trabalho, como o fato de muitas delas engravidarem. Dessa forma, Butler (2004, p.253-254) afirma:

Dizer que gênero é uma norma não é exatamente o mesmo que dizer que existem visões normativas de feminilidade e masculinidade, mesmo que tais visões normativas claramente existam. Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “têm”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados. De fato, pode ser que o próprio aparato que pretende estabelecer a norma também possa solapar esse estabelecimento, que esse estabelecimento fosse como que incompleto na sua definição.

Com o passar dos séculos outras formas de subjugação feminina foram se desenvolvendo, como através da virgindade feminina e da menstruação. Por meio destas, as mulheres passaram a ter que desempenhar papéis sociais, em torno destes eixos biológicos, entre muitos outros. No caso da menstruação feminina era e, ainda é considerada para muitas pessoas, como um rito de passagem da menina para a mulher. Daí, tendo que passar a exercer determinadas performatividades. Muitas começam a usar saias mais curtas, usar maquiagem e arrumar o cabelo por se espelharem, em moças, as quais já passaram pela experiência da primeira menstruação. Entretanto, as respostas sociais e culturais ao surgimento da primeira menstruação vão variar de acordo com a sociedade e período histórico. Na análise de Louro (2001, p. 18-19):

Num corpo de menina, é um evento marcante a chegada da primeira menstruação. A primeira menstruação está carregada de sentidos, que (mais uma vez) são distintos segundo as culturas e a história. Joan Brunberg (1998) escreveu uma “história íntima das garotas americanas”, onde demonstra as profundas transformações que foram vividas pelas adolescentes, no trato e na produção de seu corpo, nos últimos séculos. A primeira menstruação passou, neste período, de tema privado para público (tornando-se um interesse do mercado); o momento, antes tratado fundamentalmente como um marco de “passagem” da infância para a vida adulta, era vinculado, estreita e diretamente, à sexualidade e à capacidade reprodutiva das mulheres; mais tarde, no entanto, com o advento dos absorventes e de outros produtos industrializados e com a medicalização da menstruação, de certa

forma essas questões ficaram secundarizadas e ganharam maior destaque a higiene e a proteção do corpo, a limpeza e aparência [...]

No tocante ao processo repressivo nenhum ser humano que é constantemente reprimido por um motivo específico aceitará ficar para sempre neste tipo de situação. Assim, aconteceu com as mulheres cisgênero. Piscitelli (2002) disserta que elas começaram a se mobilizar, no século XIX, no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países para reivindicar que seus direitos civis fossem respeitados. A autora também declara que posteriormente no século XX, entre as décadas de 1920 e 1930, as mulheres tiveram direitos conquistados nas áreas da educação, propriedade e voto, em lugares com fortes expressões do machismo.

Por conseguinte, esses papéis binários podem ou não ser reproduzidos nas relações entre casais homoafetivos. Pelo fato de estarmos em uma sociedade, que vive a heterossexualidade compulsória, os casais homoafetivos podem traçar paralelos com as formas heterossexuais de se relacionar, devido ao fato da sociedade estar estruturada na heteronormatividade. Isto, muitas vezes se apresenta como uma ação baseada em preconceitos, manifestando-se em forma de homofobia. Nesse sentido, a pesquisa “A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade” realizada por Féres-Carneiro (1997, p.366) concluiu que:

A partir da análise dos resultados podemos constatar que os homens e mulheres heterossexuais valorizam as mesmas qualidades em seus parceiros, ou seja, a *fidelidade*, a *integridade*, o *carinho* e a *paixão*. Tais qualidades são igualmente valorizadas pelas mulheres homossexuais, enquanto os homens homossexuais tendem a enfatizar a importância da *atração física* e da *capacidade erótica* de seus parceiros. Estes resultados confirmam o que é ressaltado pela literatura em Fry e MacRae (1981) e em Heilborn (1992).

Deste modo, por meio do resultado da pesquisa, concluímos que é inviável tentar traçar paralelos entre casais heterossexuais ou lésbicos com casais gays, pois suas perspectivas podem ser distintas, das almejadas pelos casais heterossexuais e lésbicos.

No que se refere à trinca dos papéis estabelecidos socialmente notamos, que o sexo feminino cisgênero sofre forte violência por isso até mesmo, perdendo a própria vida, como observamos, por meio dos dados apresentados no Atlas da Violência (2020).

Desse modo, consideramos que a padronização de papéis masculinos e femininos fazem muitas/os integrantes da comunidade LGBTQI perderem suas vidas por transgredirem os papéis que socialmente são colocados para diversos/as delas, quanto ao modo como devem ou não se comportar devido ao seu sexo. Analisamos também, que os papéis normatizados para homens e mulheres nos mais diferentes tipos de sociedades ocidentais sempre representaram mais uma forma de opressão para o ser humano do que uma manutenção benéfica da vida em sociedade. Dessa forma, acarretando muitas vezes violência contra aqueles, que estremecem com esses parâmetros como os casais homoafetivos.

Portanto, é necessário tratar acerca dos papéis estabelecidos socialmente, para homens e mulheres, pois desse modo será possível abalar os elementos de gênero colocados para estes. Conseqüentemente, propiciará aos casais homoafetivos maior facilidade para se relacionar sem que paralelos sejam traçados se baseando em padrões binários, pois muitas vezes são nocivos e acarretam questões, como a violência contra membras/os da população LGBTQI. Ademais, quanto ao patriarcado é necessário frisar que apesar de ele ser um sistema enraizado o mesmo assim como foi socialmente construído pode ser desconstruído. Contudo, para isso acontecer é preciso efetivar as políticas públicas que combatem a violação dos direitos cívicos das mulheres e que continuem unidas em movimentos feministas, lutando por seus direitos.

### 3 HOMOAFETIVIDADES: ENTRE PRECONCEITOS E RESISTÊNCIAS

#### 3.1 Breve Histórico sobre a homossexualidade no Brasil

A sexualidade possui uma dimensão biológica. Assim, as pessoas não deveriam sentir qualquer tipo de constrangimento por exercê-la de forma saudável, seja no âmbito privado ou público. Contudo, é necessário entender que existe também uma dimensão social, política e cultural, em torno da sexualidade. Ademais, o entendimento para muitos quanto a este tema é o da transgressão, baseados no fundamentalismo religioso, gerando pautas políticas e sociais moralistas. Um exemplo é o “Escola sem Partido<sup>12</sup>”, o qual tentou impedir o ensino sobre gênero e sexualidade nos colégios. Isto pode gerar preconceitos que se enraízam no cotidiano da população.

Sobre tal pensamento Louro (2001, p. 8-9) relata que:

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós mulheres e homens, possuímos “naturalmente”. Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções ... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza.

Destarte, a sexualidade é socialmente construída. Assim, pensando de modo epistemológico, as pessoas poderiam se relacionar com outras sem haver atribuições de rótulos quanto ao tipo de sexualidade com a qual um indivíduo se identifica, seja heterossexual, homossexual, bissexual ou pansexual. O mais socialmente saudável seria as pessoas se relacionarem sem suscitar questionamentos quanto à sexualidade com a qual os outros se identificam ou não.

---

<sup>12</sup> Escola sem Partido (EsP) é um movimento criado pelo jurista Miguel Nagib, em 2004, inspirando, posteriormente um Projeto de Lei (PL) com o mesmo nome. O referido coletivo inspirou diversas PLs pelo Brasil, as quais visavam impedir professores de lecionarem com criticidade sobre temas, como gênero, sexualidade, religião e política em colégios. Disponível em: <[https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQiAnKeCBhDPARIsAFDTLTIKohIVQTPDOcXGO12ZwprZaPKFItK7RjaM4IZnbg4ULr4WIDyU6koaAoAWEALw\\_wcB](https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQiAnKeCBhDPARIsAFDTLTIKohIVQTPDOcXGO12ZwprZaPKFItK7RjaM4IZnbg4ULr4WIDyU6koaAoAWEALw_wcB)>. Acesso em: 12 mar. 2021.



Entretanto, a cultura e a história instigam as pessoas a seguirem regras quanto ao comportamento sexual. Louro (2001, p. 9) declara, quanto à sexualidade, que: “ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’ ”. Foucault (1988) já advertia que o assunto sexo somente era debatido, em necessidades precisas, como de urgências de natureza econômica e/ou utilidades políticas e mesmo assim sempre sendo cuidadosamente limitado e codificado.

No que se refere à homossexualidade, o tabu torna-se ainda maior. A homossexualidade é socialmente considerada como uma sexualidade “desviante”. Um tipo de sexualidade, a qual se normatizou a repulsão por meio de diversas instituições e dispositivos. Isto acarreta um fenômeno social caracterizado como homofobia.

Como nos alerta Louro (2001, p. 21):

As coisas se complicam ainda mais para aqueles e aquelas que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual. A esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia.

No aspecto da homofobia, existem questões complexas e fortemente enraizadas. Evidentemente, este fenômeno irá se manifestar de formas distintas, nas mais diferentes localidades. Todavia, independentemente da localidade é comum existir a imbricação entre sexualidade e gênero, pois a sexualidade é moldada a tal maneira, em normas e valores, que até mesmo pessoas que se identificam como heterossexuais podem sofrer preconceitos caso não cumpram as expectativas sociais de virilidade e de masculinidade exigidas. Exemplifica-se, que a homofobia e o machismo são tão fortes, que interferem no relacionamento entre pais e filhos, pois se uniformiza que determinadas intimidades um pai não pode ter com um filho, delegando-se exclusivamente à mãe, como um abraço ou um beijo no rosto. Trevisan (2018, p. 487) corrobora ao relatar que:

Em 2011, um homem teve metade da orelha cortada, ao ser atacado por um grupo de jovens, no recinto da Exposição Agropecuária Industrial e Comercial (Eapic), em São João da Boa Vista, interior de São Paulo. Como estava abraçado ao filho de dezoito anos, os jovens o abordaram pensando se tratar de um casal gay. O pai negou a suposição, mas ainda assim ambos foram

surrados. Não satisfeito, um dos atacantes arrancou um pedaço da orelha do pai com uma mordida. Curiosamente, no local da festa havia 150 seguranças, além da Polícia Militar.

Neste tocante, outro exemplo a ser citado é o de pessoas, em destaque na mídia, pois ao virem a público declarar uma sexualidade distinta do esperado ou ao tomarem uma atitude que questione a sexualidade padrão farão com que muitos fiquem intrigados, em vez de tratar a situação como algo corriqueiro. Isto acontece, pois acabam escapando do que é socialmente regulamentado. Deste modo, Louro (2001, p. 10) afirma:

[...] Quando uma figura de destaque assume, publicamente, sua condição de gay ou de lésbica também é frequente que seja vista como protagonizando uma fraude; como se esse sujeito tivesse induzido os demais a um erro, a um engano. A admissão de uma nova identidade sexual ou de uma nova identidade de gênero é considerada uma alteração essencial, uma alteração que atinge a “essência” do sujeito.

Em relação à manifestação da sexualidade no Brasil, no período colonial, a vivência da sexualidade, na prática, não seguia rigidamente as normas socialmente impostas. Homens mantinham relações fora do casamento, mulheres escravizadas eram frequentemente violadas, além de padres que tinham relações sexuais com índias e negras, chegando a manter uniões estáveis e ter filhos com estas (TREVISAN, 2018). Por conseguinte, no que se refere a vivência homossexual no Brasil colonial a homossexualidade era configurada como crime de sodomia, este ato sendo passível de punição com a pena de morte. Destarte, Trevisan (2018, p. 137) relata que:

“[...] além dos crimes contra a fé, havia aqueles contra a moral e os costumes; parece que esses raras vezes mereceram o castigo da pena de morte, ainda que as Ordenações do Reino previssem morte por fogueira em casos de sodomia [...]”

Mais adiante, no período higienista<sup>13</sup> a conduta homossexual passa a ser definida como pederastia e ser duramente reprimida. O intuito do Estado passa a ser

---

<sup>13</sup> O Período Higienista foi um período brasileiro iniciado na terceira década do século XIX baseado nos altos índices de mortalidade infantil e nas péssimas condições sanitárias do lar patriarcal então existentes no País. Em virtude da ideia de que se devia fazer filhos mais saudáveis para a pátria que a independência recém-inaugurara, impôs-se a convicção de que a velha família patriarcal não era capaz de zelar pela vida dos seus membros. Donde a necessidade de modernizar esse lar,

de civilizar, visando melhores condições sanitárias do lar patriarcal brasileiro, por meio da ciência. Como o índice de mortalidade infantil era muito alto, chegou-se à conclusão de que a antiga família patriarcal não tinha condições de manter sadios os seus membros infantis. Daí ocorreram prescrições científicas e cuidados para os lares do ponto de vista da saúde e da educação. Até este momento não existia problema, porém a questão é que os especialistas em higiene exerciam seu trabalho de forma moralizante, objetivando manter uma unidade normalizadora de família (TREVISAN, 2018).

O médico higienista passou a impor o seu fazer profissional, além das questões de enfermidade, passando a intervir também nas emoções e na sexualidade das pessoas. Era colocado que o prazer sexual poderia e deveria acontecer, porém somente nos relacionamentos conjugais e heterossexuais, pois se acreditava que existiria mais segurança física e moral, melhorando os padrões reprodutivos para garantir filhos melhores e saudáveis à pátria. Tudo o que fugia deste padrão regulador era considerado anormal, dando margem à perseguição de celibatários, homossexuais e os chamados libertinos (TREVISAN, 2018).

Isto posto, percebemos que em diversos momentos da formação sócio-histórica do Brasil a diversidade sexual representou uma abominação, sendo vítima dos mais diversos tipos de preconceitos. O período higienista empenhou-se em combater qualquer desvio sexual daquilo que consideravam ser o correto para apresentar um Brasil “limpo”. Mesmo tendo passado alguns séculos é possível perceber forte reflexo do Brasil Colonial e Higienista no Brasil contemporâneo. Um exemplo de controle das sexualidades, na atualidade, é o projeto de lei chamado de Escola sem Partido, o qual visa forte controle das sexualidades.

O próprio Foucault (1988) já declarava que diversos dispositivos, como a psiquiatria e a justiça penal a partir do século XVIII e/ou do século XIX passaram a ser utilizados como forma de coação para a manifestação da sexualidade. Entretanto, o tabu gerado em torno do sexo apenas serviu para inquietar as pessoas quanto ao tema e produzir uma sociedade adoecida. Exemplo disto é a pandemia da AIDS<sup>14</sup>, a

---

abarrotoando-o com prescrições científicas e cuidados mais satisfatórios, do ponto de vista da educação e da saúde (TREVISAN, 2018).

<sup>14</sup>“Aids é uma doença crônica causada pelo vírus HIV, que danifica o sistema imunológico e interfere na habilidade do organismo lutar contra outras infecções (tuberculose, pneumocistose, neurotoxoplasmose, entre outras)”. Disponível em:

qual poderia ter sido menos impactante caso as pessoas discutissem mais sobre questões sexuais.

É necessário ressaltar que nem sempre no Brasil se hostilizou a homossexualidade. No período em que as sociedades tribais viviam neste País, a homossexualidade era tratada como algo corriqueiro. Isto antes da colonização portuguesa. Nesta direção Dieter (2012, p. 03) disserta:

No Brasil, a homossexualidade também era aceita pelas tribos indígenas tal como ocorria nos povos antigos da Europa, havendo pequenas diferenças de tribo para tribo, de acordo com os costumes e suas crenças. Sendo que este cenário somente foi modificado com a influência da moral judaico cristã, que acarretou na perseguição da prática homossexual no país, trazendo penalidades desumanas.

Nas sociedades ocidentais, as discussões mais expressivas em torno da homossexualidade começam a surgir no início dos anos de 1970. Os movimentos de organização dos grupos homossexuais surgiam de forma modesta. Suas associações e reuniões com dificuldade suportavam à clandestinidade. Entretanto, era possível ver um pequeno aparato cultural na literatura, artes e publicidade acerca da homossexualidade chama a atenção Louro (2016).

Ainda no contexto do Brasil o movimento homossexual começou a emergir, nos anos de 1970. As pessoas exiladas, na época da Ditadura Militar<sup>15</sup>, ao voltarem para o Brasil trouxeram da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA) suas experiências. Assim, surge o Movimento de Libertação Homossexual no Brasil. Entretanto, antes disto já existia uma discussão sendo suscitada por meio das artes. Assim, ao final dos anos de 1970, o movimento homossexual brasileiro ganha maior potência: surgem jornais ligados aos grupos organizados, promovem-se reuniões de discussão e de ativismo (LOURO, 2016). Esse tipo de movimento foi fundamental para introduzir o tema na sociedade brasileira. Entretanto, somente discutir sobre o assunto não é o suficiente. Também é necessário ampliar as formas de enfrentamento à

---

<

<sup>15</sup> O Regime militar foi o período da política brasileira em que militares conduziram o país. Essa época ficou marcada na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar (NETTO, 2015).

violação dos direitos civis da comunidade LGBTQI, o que até hoje é um problema no Brasil como mostra o GGB.

Portanto, percebe-se que o Brasil ainda está caminhando a passos lentos, em comparação a outros países quanto à discussão da homossexualidade e também no que se refere a uma legislação efetiva que proteja a integridade física e moral da comunidade LGBTQI.

### **3.2 LGBTQI: Da construção do movimento homossexual ao movimento queer**

É de suma importância começar dissertando sobre a Rebelião de Stonewall, a qual representou um “divisor de águas” para o movimento homossexual, pois foi por meio dessa rebelião que diversos coletivos, em favor do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero surgiram ao redor do mundo. A Rebelião de Stonewall ocorreu em New York, nos Estados Unidos da América, no ano de 1969. Era uma época muito difícil para o movimento gay, pois havia leis voltadas para a punição dele. Relações homossexuais eram consideradas ilegais em quase todo o país. No campo medicinal, a homossexualidade era tratada como doença, sendo utilizadas lobotomia e eletrochoque para seu “tratamento” (APOLINÁRIO; MANFREDINI; GRALAK *et al.*, 2019).

Stonewall (inn) era um bar localizado na cidade de New York. Nesta época os bares representavam um refúgio para aqueles que tinham uma performatividade de gênero e/ou identificação sexual desviantes do padrão. Contudo, mesmo nestes bares as pessoas eram, constantemente agredidas de diversas formas em batidas policiais. No caso de Stonewall, as batidas ocorriam em dias específicos, pois funcionava sob fachada o que permitia uma flexibilidade quanto à censura (APOLINÁRIO; MANFREDINI; GRALAK *et al.*, 2019).

Entretanto, a polícia realizou, em determinada ocasião, uma batida fora do combinado. As pessoas já cansadas de tanta humilhação se revoltaram contra os policiais e revidaram às agressões, atirando pedras, tijolos e garrafas. Isto, serviu como estopim para, em diversas partes do mundo ocidental ocorrerem revoltas e lutas pelos direitos civis dos que vivem uma performatividade de gênero e/ou identificação sexual diferentes do padrão social. (APOLINÁRIO; MANFREDINI; GRALAK *et al.*, 2019).

No que se refere às feministas lésbicas, com o avanço das lutas e reflexões estas irão argumentar que a pauta da sexualidade deveria ser discutida de forma específica (a discussão sobre sexualidade era feita apenas voltada para a mulher heterossexual). No movimento feminista, a questão da sexualidade já era debatida, porém intrinsecamente como quando se discursava acerca do direito da mulher de não querer ser mãe ou casar-se (LOURO, 2016). Elas deram um pontapé importante quanto às indagações latentes sobre sexualidade a partir do seu próprio segmento dentro do movimento.

Conforme pesquisa histórica realizada por Louro (2016, p. 60):

Curiosamente, talvez não sejam muitas as estudiosas feministas brasileiras que se ocupam das questões da sexualidade. No entanto, o corpo (da mulher) foi desde sempre objeto da maior atenção das várias correntes do feminismo: a possibilidade de usar o corpo e de viver a sexualidade com autonomia foi um propósito político do movimento; discutir a maternidade como destino ou como escolha, como privilégio ou como fardo também supunha remeter-se às formas de viver a sexualidade.

Assim, analisamos que dentro do movimento feminista surgem necessidades distintas de discutir sobre sexualidade sendo por sua vez algo experienciado de maneiras distintas por cada mulher, a partir da forma como vivenciam o gênero e o sexo. Essa reflexão passa a ganhar espaço entre os sujeitos homossexuais e a sexualidade passa a assumir maior centralidade, nas discussões, dentro do movimento que se articulava.

Outro marco da história do movimento homossexual no Brasil e mundo ocidental é a pandemia da AIDS, no início dos anos de 1980, a qual renovou a homofobia latente da sociedade, aumentando exponencialmente a discriminação. Divulgada como o “câncer gay”, o slogan teve o efeito cultural de desconstruir o trabalho até então realizado pelos movimentos homossexuais, cujo objetivo era trabalhar a intolerância, o desprezo e a exclusão por meio da ação da militância homossexual (LOURO, 2016).

Isso pode ter acontecido por causa da visibilidade que a AIDS trouxe para as sexualidades de gays, lésbicas, travestis e transexuais, pois até então o assunto acerca das sexualidades destes indivíduos não era uma pauta debatida de forma contundente, por meio de pesquisas universitárias e pela população de modo geral. Na contemporaneidade, a sexualidade trata-se de um tabu. Ainda mais uma sexualidade tida para muitos como sendo desviante à exemplo a homossexualidade.

Assim, há quase quarenta anos a discussão era quase inviável em uma época em que não havia tanta informação disponível (TREVISAN, 2018). Por consequência, houve a marginalização do movimento homossexual, pois a disseminação da AIDS acabou sendo atribuída a ele.

Sobre esta questão Duarte (2017, p. 82) apresenta que:

A AIDS foi a responsável por dar visibilidade as expectativas de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Publicizada como uma doença sexualmente transmissível, a população LGBT foi culpabilizada por sua disseminação. Em 1980, as ações governamentais de prevenção à saúde apontavam este público como propenso à infecção com a doença, pois viviam fora das práticas sexuais consideradas "normais". Apresentada como a "peste gay", a AIDS intensificou as discriminações e os estigmas, principalmente, aos homossexuais, HSH, travestis e transexuais.

Contudo, como argumenta Louro (2016) formou-se redes de solidariedade, as quais uniram não somente os que viviam com a AIDS, mas também amigos, parentes, trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde. As pessoas passaram a ter um inimigo em comum e para combatê-lo seria e ainda é necessária a união, independente das diferenças. Esta afirmação, tanto é verdadeira que a abordagem preventiva em relação à síndrome passou a ser a de se preocupar mais com o sexo seguro (por meio da utilização de camisinha) e menos com a identidade sexual dos indivíduos. Destarte, o movimento tornou-se mais forte e bem organizado. As diferentes performatividades de gênero e identificações sexuais, que destoavam da heteronormatividade se aproximaram ainda mais nesse período.

Deste modo, o que se chamava de militância homossexual brasileira ganhou força com a expansão da síndrome, pois com o seu aparecimento catastrófico houve a necessidade de mobilização em caráter emergencial. Militantes e agentes de saúde se juntaram e foram às ruas do país com o intuito de realizar atividades de combate à disseminação do HIV, criando grupos para trabalhar com michês e travestis. A pensão da travesti Brenda Lee passou a abrigar e sustentar várias travestis infectadas ou doentes, assim, nascendo a Casa Brenda Lee, a qual se tornou, praticamente, uma extensão do Hospital Emílio Ribas e uma entidade essencial para a rede estadual de saúde, no setor de AIDS (TREVISAN, 2018).

Posteriormente, graças à contribuição, tanto de homossexuais isolados quanto de grupos de Gays, de Lésbicas e de Simpatizantes (GLS) foi possível o Brasil montar uma rede de enfrentamento, que se tornou referência no combate à

disseminação do HIV, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). O governo brasileiro passou a ter um relacionamento mais amistoso (no sentido da saúde) com a população gay, travesti e transexual, passando a repassar verbas para os grupos que começaram a se multiplicar, como Organizações Não Governamentais (ONG's) (TREVISAN, 2018).

Ressaltamos, também, a importância da revista brasileira G Magazine para a militância homossexual no Brasil. Essa revista abriu portas para a visibilidade do desejo homossexual: por meio de tiragens médias de 90 mil exemplares, que chegaram a atingir o auge de 150 mil, o país inteiro podia conferir seus ídolos em poses explícitas numa revista declaradamente gay. Em meio às fotos de homens, misturavam-se diversas matérias sobre direitos e atividades do movimento homossexual. Simultaneamente, o mercado voltado para a comunidade se expandiu também, nas grandes livrarias com sessões especiais de livros acerca da temática homossexual. Assim, o mercado editorial brasileiro, ao longo dos anos, abriu-se paulatinamente para o tema (TREVISAN, 2018).

“A efervescência mercadológica produziu, no Brasil um novo empresariado homossexual com perfil mais definido e profissionalizado, que de um modo ou de outro acabou se aproximando das lutas pelos direitos civis dos seus consumidores” declara Trevisan (2018, p. 348). Em vista disso, denotamos que o mercado editorial se utilizou e de certa forma contribuiu para o fortalecimento do coletivo LGBTQI. A comunidade passou a se sentir representada, por meio desta ideia empreendedora de prestar atenção no *Pink Money*<sup>16</sup>. Entretanto, é necessário destacarmos que dar ênfase ao poder de consumo da comunidade está distante de ser algo que garanta representatividade política e resolva problemas, como o preconceito e a discriminação. Afinal, a ideia representou mais uma preocupação dos empresários com o faturamento do que uma preocupação com a representatividade e o fortalecimento do movimento. Todavia, por meio dessa jogada empresarial foi possível fortalecer a autoestima do coletivo e dar um ponta pé inicial, nas discussões sobre a temática, no âmbito editorial.

---

<sup>16</sup> *Pink Money* é o poder de compra da comunidade LGBTQI, ou seja, o potencial de consumo de diversos produtos e serviços. Disponível em: <<https://focanodineiro.neon.com.br/controle-financeiro/pink-money>>. Acesso em: 15 mar. 2020.



Com efeito, essa mistura de militância e mercado propiciou uma guinada política: a implantação do conceito GLS. O intuito dessa criação foi o de inserir, em um contexto brasileiro, a ideia americana de *Gay Friendly*<sup>17</sup>, de modo simples e adequado ao jeito brasileiro. Outra postura foi introduzir o segmento S de simpatizante na sigla, pois possibilitou a integração dos heterossexuais, abrindo caminho para uma visão pluralista e integradora. Assim, houve uma expansão das fronteiras, por exemplo, por meio das boates e dos bares GLS's (TREVISAN, 2018).

Como o próprio Trevisan (2018, p. 349) argumenta: “No limite, ele potencializou a ruptura do gueto homossexual, considerando que qualquer pessoa pode frequentá-lo sem apresentar carteirinha comportamental determinada”. Isto foi de grande importância, pois trouxe para o coletivo uma maior força, por meio de mais aliados. Conseqüentemente, incluir os heterossexuais possibilitou uma abertura para muitos e muitas conhecerem a comunidade e lutarem juntos por mais respeito à diversidade de gênero e de sexualidade.

A sigla também proporcionou a eclosão, em grande escala, de atividades culturais voltadas à homossexualidade, como o Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual. Este festival representou um marco para a expansão da comunidade, abrangendo territórios fora do gueto homossexual. Ademais, o festival Mix convidava pessoas dos mais diferentes segmentos fora da comunidade gay para participar, assim como também atraía um público misto. Entretanto, o que alavancou o Mix Brasil foi o fato de ter sido pioneiro, criando o primeiro site GLS brasileiro, em 1994 (TREVISAN, 2018). “Eventos assim tiveram ampla repercussão entre os clubs e ravers de classe média, mas também entre os cybermanos das periferias, que passaram a compor novas tribos no panorama das grandes cidades, com seu estilo de vida preponderantemente homossexual”, disserta Trevisan (2018, p. 351). Deste modo, possibilitou a inserção de outros segmentos na sigla GLS, como bissexuais e transgêneros.

---

<sup>17</sup>“*Gay-friendly* refere-se a lugares, políticas, pessoas ou instituições que são abertas e acolhedoras para os gays para criar um ambiente que apoie os homossexuais e seus relacionamentos, respeitoso de todas as pessoas, tratar todas as pessoas igualmente e não julgar. Este é tipicamente um termo norte-americano do final do século XX que é o subproduto da implementação gradual dos direitos dos homossexuais e da aceitação de políticas de apoio às pessoas LGBTQ no local de trabalho e nas escolas, bem como o reconhecimento de gays e lésbicas como um grupo de consumidores para empresas”. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-en/gay-friendly>>. Acesso em: 28 de jan. 2022.

Outro evento de forte importância na luta pelos direitos homossexuais é a “Parada do Orgulho LGBT” (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, mas que no início tinha a sigla GLBT). Tendo iniciado, na cidade de São Paulo, a comunidade começou a se reunir, demonstrando uma diversidade de idades, gostos e estilos, dançando ao som de carros do tipo trio elétrico sem mais o medo de ocultar suas identidades. Isso promoveu uma ampla visibilidade de massa, tornando a parada um evento político de forte importância, dentro do contexto das lutas pelos direitos homossexuais (e da população de transexuais, travestis e transgêneros) no Brasil (TREVISAN, 2018).

Por conseguinte, algo que precisa ser ressaltado é a discussão midiática de que não haveria necessidade de legitimar a comunidade LGBTQI, pois isto reforçaria preconceitos, realizando uma segregação e estímulo ao ódio. Entretanto, este ódio já existe e a segregação também. A falácia de que: “somos todos seres humanos”, a qual tem sido divulgada por pessoas, na mídia, como forma de banalizar discussões acerca de segmentos discriminados, não se aplica quando se identifica um alto índice de violência contra a supracitada comunidade. Beal; Bohlen; Raudabaugh (1972, p. 91) apontam:

As forças externas afetam todas as atividades grupais; nenhum grupo existe num vácuo social. Forças como os valores e as expectativas da comunidade, valores institucionais, filiação e controle de grupos matrizes, competições intergrupais, prestígio e posição social influem em todo o grupo – na motivação, objetivos e meios de seus membros e nas atividades correntes. Estas forças refletem-se intensamente nas convicções, sentimentos e ações dos membros.

Ainda no tocante aos movimentos sociais e a importância da militância, é necessário enfatizar que foram os ditos “transgressores”, os quais conseguiram um maior respeito social e político. Muitos militantes organizaram manifestações com um sério debate logístico e saíram às ruas para protestar (GOHN, 2008).

Outro fator que contribuiu para o avanço nas discussões, dentro e fora do movimento, foi o surgimento da teoria queer, que surgiu, nos Estados Unidos, no fim da década de 1980, em contraponto crítico a determinadas perspectivas presentes em estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero. A teoria queer questiona o binarismo heterossexual/homossexual e imprime uma visão de desconstrução, de acordo com Miskolci (2009; 2012).

Com efeito, a teoria queer parte da observação de que o movimento homossexual tinha suas fragilidades, pois buscava uma assimilação pautada no que

Butler (2016, p. 10) identifica como “heterossexualidade compulsória”, a qual se baseia em relações de poder, orientadas por papéis de gênero hegemonicamente estabelecidos, que são reproduzidos em grande parte nas relações entre pessoas LGBTQI’s. Dessa maneira, mesmo os diversos membros e membras da referida comunidade, ainda não conseguem romper com os ditames da sociedade, na qual estão inseridos, a respeito de padrões do que é feminino ou do que é masculino.

Como nos mostram os estudos feitos por Preciado (2011, p. 17-18):

Quanto aos movimentos de liberação gays e lésbicos, uma vez que seu objetivo é a obtenção da igualdade de direitos e que se utilizam, para isso, de concepções fixas de identidade sexual, contribuem para a normalização e a integração dos gays e das lésbicas na cultura heterossexual dominante, favorecendo políticas familiares, tais como a reivindicação do direito ao casamento, à adoção e à transmissão do patrimônio. É contra esse essencialismo e essa normalização da identidade homossexual que as minorias gays, lésbicas, transexuais e transgêneros tem reagido [...].

Destarte, refletimos que o movimento homossexual se pautava muito na heteronormatividade para lutar pelos seus direitos. Contudo, é necessário enfatizar que não se pode usar concepções fixas de identidade de gênero para lutar por direitos, principalmente uma comunidade com tanta diversidade sexual e de gênero, como a LGBTQI. O reconhecimento de direitos do coletivo, como as políticas familiares: o casamento, a adoção e a transmissão de patrimônio são de grande importância para que membros e membras possam constituir uma família perante à sociedade, assim como qualquer cidadão.

Entretanto, tais conquistas não podem ser utilizadas como parâmetro para realizar exclusão social contra aqueles que não pretendem aderir. Afinal, uma pessoa não pode ser tratada com menos respeito por não querer se casar e/ou ter filhos, ou seja, se adequar a padrões sociais típicos da heteronormatividade. Caso aconteça, a discriminação estará novamente sendo realizada contra membras/os do coletivo. Prosseguindo, surge uma política e uma teoria queer, na qual seus teóricos irão basear-se, fortemente, na teoria Pós-estruturalista Francesa e na desconstrução, como um método de crítica literária e social (LOURO, 2016).

Por conseguinte, Preciado (2011, p. 16) ressalta:

[...] Por oposição às políticas “feministas” ou homossexuais”, a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que

os constroem como “normais” ou “anormais”: são os drag kings, as guines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes-ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas.

Preciado faz compreendermos que aqueles os quais não se adaptam aos binarismos de gênero homem/mulher e/ou sexuais, como heterossexual/homossexual podem sofrer discriminação nas relações sociais, laborais, culturais e/ou familiares cotidianas, dentro do movimento LGBTQI ou em qualquer outro sócio-espço. Assim, a teoria e a política queer surgem para acolher e discutir sobre a situação dos que não se adequam aos binarismos.

No que se refere aos queers, não querem ser assimilados ou tolerados. Ainda, a palavra “queer” está constantemente sendo usada como um termo sintético para representar todas as identificações sexuais e/ou performatividades de gênero tidas como “desviantes”. Ou seja, o termo queer está se tornando uma palavra “guarda-chuva”, a qual irá abranger todo o coletivo. Deste modo, Louro reitera (2016, p. 7-8):

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina.

Todavia, ressaltamos o fato da teoria dialogar sobre um novo tipo de sujeito. No entanto, não irá primar por um ideal de pessoa, pois não procura um “fechamento” para seus diálogos, afinal, dessa forma poderia causar novos tipos de preconceitos e discriminações. Assim, o conceito busca apenas uma desconstrução daquilo que está posto pela ordem binária heterossexual/homossexual.

É possível encontrarmos muitos preconceitos e discriminações sendo reproduzidos dentro da própria comunidade LGBTQI, ocorrendo graves casos de machismo e de transfobia. Desse modo, as reflexões proporcionadas pela teoria queer podem nos ajudar a problematizar e construir outras formas de relação. Miskolci (2012, p. 25) afirma que:

[...] O queer, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção,

essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo.

Portanto, houve diversos percalços e empenhos até a atual construção da comunidade LGBTQI. Quanto ao movimento queer, se estabelece devido à necessidade de contemplar uma parcela da população, a qual é marginalizada pela sua relutância em seguir a heterossexualidade compulsória. Ademais, enfatiza-se que criticar a comunidade LGBTQI não significa negar a importância dela em relação à luta pelos direitos civis da comunidade, mas procurar desconstruir e reconstruir um discurso, o qual não atende as necessidades de todo o grupo. Afinal, os discursos amparados em lógicas heteronormativas não só podem não atender as diversas necessidades dos sujeitos de dentro e de fora do movimento, como também podem contribuir para tencionar e gerar ainda mais desigualdades, violências e exclusões.

### **3.3 O movimento LGBTQI e a luta política**

Nos anos de 1970, acirram-se as reivindicações políticas do movimento gay e lésbico, tanto no Brasil quanto no mundo. Diversos movimentos passaram a emergir reivindicando maior visibilidade e respeito para os homossexuais. A mídia e as artes passaram a discutir mais sobre o assunto. Artistas como Ney Matogrosso<sup>18</sup> e o grupo Dzi Croquettes<sup>19</sup> embaralharam propositalmente as referências femininas e masculinas, estimulando questionamentos e discussões sobre os padrões de gênero femininos e masculinos. Aliás, graças às apresentações do grupo Dzi Croquettes iniciou-se no Brasil um importante debate de política sexual, ao questionar os papéis sexuais instalados ao mostrar homens se apresentando com trejeitos, roupas e ornamentos estabelecidos socialmente como sendo femininos. Outro que deu contribuição ao futuro movimento foi Ney Matogrosso, o qual fazia apresentações

---

<sup>18</sup>Ney de Sousa Pereira (Bela Vista, 1º de agosto de 1941), mais conhecido como Ney Matogrosso, é um cantor brasileiro, ex-integrante do Secos & Molhados. Hoje considerado um dos maiores intérpretes do Brasil, o nome artístico Ney Matogrosso foi adotado somente em 1971, ao ir para São Paulo". Disponível em: <<https://www.letras.com.br/ney-matogrosso/biografia>>. Acesso em: 06 de abr. 2020.

<sup>19</sup> Dzi Croquettes foi um grupo de teatro sui generis do princípio dos anos de 1970, o qual buscou "embaralhar os padrões de gênero masculino e feminino em suas apresentações" (TREVISAN, 2018, p. 273).

usando maquiagem, de peito nu e longas saias. O disco Secos & Molhados torna-se com a voz única de Ney, o primeiro álbum de afirmação da sexualidade homossexual, por meio de letras de músicas e capa do vinil, os quais falavam sobre o tema de forma poética, tornando-se uma verdadeira declaração sobre a questão homossexual (TREVISAN, 2018).

Consequentemente, com o aumento das discussões aumentou o número de grupos ativistas gays e lésbicos no Brasil e no mundo. O Brasil estava, em um momento que também possibilitava adentrar no campo político de modo mais efetivo para realizar suas reivindicações de forma direta. Entretanto, o movimento homossexual encontrava-se dividido entre os que queriam se integrar aos partidos políticos e os que tinham o desejo de continuar sua luta de forma independente. Isto provocando novas tensões internas (LOURO, 2016).

Ressaltamos que muitos esquerdistas fossem homossexuais ou não tinham como secundário discutir sobre questões políticas relacionadas à homossexualidade, pois o País estava ainda em plena Ditadura Militar (TREVISAN, 2018). Contudo, trata-se de um tema atemporal, o qual merece discussão nos mais diferentes espaços sociais, além de políticas públicas para contribuir na diminuição dos aspectos sociais nocivos como a homofobia. Consideramos que há um pretexto para fugir de dialogar sobre o tema, justamente por estar imerso em tantos preconceitos, assim, sendo relegada até mesma a sua discussão.

Deste modo, muitos se enganam por achar que a esquerda sempre apoiou o movimento homossexual. Na verdade, quando os homossexuais que faziam parte da luta dos proletários decidiram debater acerca do tema, na conceituada Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), muitos membros não apoiaram. (TREVISAN, 2018).

Mais adiante, em 1979, em São Paulo, ocorreu o I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados. Neste encontro houve diversas hostilidades. Além da infiltração de membros da Convergência Socialista e da Organização Socialista Internacionalista, passando-se por homossexuais, para usar os militantes gays como degrau para conseguir alçar politicamente suas ideologias partidárias (TREVISAN, 2018).

Com o passar do tempo os infiltrados começaram a converter pessoas do grupo homossexual, por meio de um curso ministrado por eles próprios. O curso não

era aberto a todos os integrantes do coletivo e as pessoas eram escolhidas de modo criterioso pelos próprios ministrantes (TREVISAN, 2018).

Deste modo, dentro do coletivo, as pessoas que participavam do curso formaram um grupo concorde, hermético e indivisível, o qual começou a monitorar posições políticas dos demais membros para impor suas ideologias. Assim, aos poucos muitos gays ativistas serviram de massa de manobra e apoio aos falsos homossexuais. (TREVISAN, 2018).

Por fim, o grupo perdeu suas principais características, tornando-se mais uma espécie de partido de esquerda, por meio de sua institucionalização e luta proletária, chegando ao ponto de dividir sede com o diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT). No topo da hierarquia, estavam os proletários heterossexuais e quando um gay adquiria um posto de relevância sempre era aquele homossexual menos afeminado (TREVISAN, 2018).

Por conseguinte, para chegar-se à conquista de direitos para a comunidade, muitos foram os entraves no campo político. Questões religiosas constantemente são colocadas, nas câmaras, no ato de votações em relação às pautas LGBTQI's. Um exemplo de desrespeito à luta dos direitos do movimento homossexual, fomentado por dogmas religiosos, é o citado por Trevisan (2018) quando em Brasília na votação da nova Constituição de 1988, o plenário do Congresso Constituinte votou contra incluir a proibição da discriminação "por orientação sexual". A bancada evangélica aplaudiu a derrota da chamada "emenda dos viados" ou, para usar o termo do líder do governo Carlos Sant'Anna, emenda da "desorientação sexual"

Algo importante a ser enfatizado é o fato de que a homossexualidade também é atravessada por outras categorias como raça, classe e gênero. Afinal raça, classe e gênero se imbricam, porém, as opressões são vividas de formas diversas pelos diferentes grupos. Pessoas pobres, negras, homossexuais e travestis irão sofrer mais com isso.

Desse modo, Pelúcio (2011, p. 79) afirma:

As discussões sobre os marcadores sociais da diferença são relativamente recentes. Historicamente, essas abordagens têm seu ponto de referência no "feminismo das diferenças", nascido nos Estados Unidos ao longo dos anos 1980. Essa vertente teórica surge como uma crítica à miopia do feminismo vigente, voltado, segundo formularam diversas autoras, para as mulheres brancas, anglófonas, heterossexuais, protestantes e de classe média. Estas

vozes periféricas se articulam também para propor uma epistemologia crítica capaz de superar as limitações teóricas expressas nos binarismos homem/mulher, masculino/feminino, homo/hetero, West/rest, tomados como essencializadores e biologizantes. O feminismo da diferença procura salientar que o sujeito é social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais. Esse debate avança e no final da década de 1990 já reúne um escopo considerável de reflexões.

Por consequência, hoje há uma coesão maior entre os estudos e movimentos ligados à classe, raça e gênero por entender que são estudos os quais se completam. Contudo, houve forte resistência e banalização quando, no início, as discussões começaram a ser pautadas no bojo de outros movimentos sociais.

Destarte, a comunidade LGBTQI é interseccionada por outros marcadores sociais da diferença. Ainda, a interseccionalidade<sup>20</sup> poderá levar a reivindicações políticas em torno de outros aspectos que perpassam a vida humana como o gênero, a raça e a classe social.

Um exemplo é o da travestilidade<sup>21</sup>, pois é atravessada de forma bem compreensível pelas categorias de raça, de sexualidade, de gênero e de classe social. Afinal, muitas das travestis são negras, se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, além de transitarem por diversas particularidades do gênero feminino e do gênero masculino. Ainda há a questão da sexualidade, pois o fato de expressarem, tanto características do que é socialmente padronizado, como sendo masculino quanto características do que é socialmente normatizado, como sendo feminino trazem para aqueles, que heteronormatizam uma continuidade entre gênero e sexualidade, dúvidas quanto ao real desejo sexual. Essa interseccionalidade por

---

<sup>20</sup> Interseccionalidade (ou teoria interseccional), trata-se da “interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe”, no campo de estudos do trabalho e do gênero (HIRATA, 2014, p. 62).

<sup>21</sup> A travestilidade ou travestibilidade, referente às pessoas travestis, concerne àquelas, que não possuem dificuldade de aceitação quanto à genitália, mas sentem a necessidade de utilizar um conjunto de símbolos (roupas, penteados, maquiagem e nomes), os quais irão remeter a um tipo de feminilidade vigente em determinada cultura. Contudo, não se reconhecem enquanto mulheres dentro da sociedade, nem tem interesse de que esse reconhecimento aconteça (DUARTE, 2017). A travesti caracteriza-se como uma: “desnaturalização dos binarismos sexo/gênero, homo/hetero, macho/fêmea, uma transgressão a tais convenções. As normas e os discursos regulam e controlam uma preposta coerência entre sexo/biológico e gênero/cultural que transformam aqueles/as que transgridem em seres anormais, social e culturalmente ininteligíveis. O surgimento de transgressões representa um estremecimento de tais normais sociais. As transexuais e as travestis constroem sua feminilidade e modificam os seus corpos, desnaturalizando a norma que tem como base a correspondência natural entre sexo e gênero” (DUARTE, 2017, p. 66).



tantos marcadores sociais da diferença propicia uma maior marginalização, além de mais reivindicações políticas, sociais e culturais.

Assim, Pelúcio reitera (2011, p.80):

As experiências que constituem as travestilidades no Brasil estão entrecortadas pela racialização e sexualização de determinadas classes sociais e de certos fenótipos de cor, pela erotização de relações subalternizantes e pela exigência de uma coerência que deve ser corporificada entre feminilidade e passividade. Analisadas por esse prisma, as experiências dos sujeitos ganham sua dimensão cultural, social e política.

Portanto, a política está em todas as esferas sociais. Por meio desta fazem-se as reivindicações para a melhoria de vida das pessoas. Em relação à comunidade LGBTQI, não poderia ser diferente. Ainda protestos não são o suficiente para obter o reconhecimento de direitos. Faz-se necessário continuar com a criação de pautas que são levadas às câmaras para estas serem votadas, como já é feito por representantes políticos do movimento. Enfatizamos que a visibilidade do movimento se trata de um ato político, pois a ação de se declarar LGBTQI e viver a sua própria sexualidade, além de sua performatividade de gênero é algo político e afronta as normas sociais, as quais pregam que todos sigam a heteronormatividade.

Toda essa discussão sobre as tensões que perpassaram a vida e a luta da população LGBTQI, no Brasil, ajudou a pensar onde se está e que tipo de sociedade se está experienciando. A partir de agora, essa discussão ajudará também a compreender, como reproduzem-se ou produzem-se os papéis de gênero, dentro das relações conjugais entre casais gays.

## **4 A RELAÇÃO CONJUGAL DE CASAIS GAYS: RESULTADOS DA PESQUISA**

### **4.1 Identificação das características presentes nas relações de gênero vivenciadas dentro de relações conjugais**

O capítulo irá analisar as entrevistas do casal Alexandre e Marcelo, além do casal Thiago e Mateus. Ainda, é importante situar o leitor quanto a determinadas informações da vida dessas pessoas. Marcelo é um rapaz de vinte e sete anos oriundo do Ceará, mas que reside com seu marido em Barueri cidade de São Paulo. É concursado pela prefeitura e exerce o cargo de monitor de desenvolvimento infantil. Ademais, é graduado em ciências sociais e está cursando pedagogia. Por conseguinte, Alexandre, seu marido, é engenheiro, trabalha, em uma empresa privada e tem trinta e dois anos de idade. O casal passou seis anos namorando e há três anos vivem uma união estável. No tocante à racialidade, Marcelo se identifica como negro enquanto Alexandre se identifica racialmente como um homem branco.

Quanto ao Mateus, ele trabalha como produtor cultural, tem cinquenta e nove anos e morou na França, com seu marido. Atualmente, residem no Brasil. Thiago, seu marido trata-se de um Francês, o qual é vegetariano, trabalha com cenário de espetáculo e tem sessenta e dois anos. O casal está casado há trinta e seis anos, mas decidiram oficializar a união há quinze anos. No aspecto racial, Mateus se identifica como pardo e Thiago como branco. É importante trazer um pouco da vida dos casais, já que aqui vamos problematizar a sua relação, conseqüentemente, trabalhar questões ligadas à homossexualidade, pois trata-se do objetivo central da nossa pesquisa.

Dentre elas temos a perspectiva dos estereótipos. Magalhães (2006) relata, que são frequentes os preconceitos relativos a um conjunto de estereótipos de homossexuais, e é importante pensar isso, já que os casais dessa pesquisa são gays. Magalhães (2006) salienta, que no caso de lésbicas, espera-se que sejam “masculinas”, tenham cabelos curtos e que sejam negativas quanto aos homens. Em relação aos estereótipos dos homens gays: de serem promíscuos, de gostarem de arte, de gostarem de música, de serem femininos e criativos. O autor também declara que a psicologia, em específico, a psicanálise serviu por muito tempo, para perpetuar uma definição da homossexualidade como algo patológico, resultado de uma

dinâmica familiar inadequada, como pai ausente, mãe hiperprotetora; sintoma de uma personalidade narcisista.

Contudo, como o autor afirma, nunca pesquisadores se depararam com evidências científicas para isto. Uma explicação para essa assertiva é o argumento acerca da necessidade social de colocar um modelo de continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, para as pessoas seguirem, porém, caso não o façam, são tratados como transgressores e/ou aberrações. Assim, Butler (2016, p.43-44) explica:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

No Brasil colonial havia penalidades desumanas, as quais coíbiam as pessoas a seguirem uma linha contínua de entendimento entre os eixos: gênero, sexo, desejo e prática sexual. Na atualidade brasileira, quem rompe com essa linha de continuidade não vai preso, porém, os indivíduos são fortemente marginalizados pela sociedade, como quando tentam conseguir um emprego para garantir sua subsistência, mas isso é negado, justamente por romperem tal linha contínua de entendimento entre estes quatro eixos (DIETER, 2012). A dinâmica dos casais que contribuíram com essa pesquisa pode nos ajudar a problematizar melhor esse tipo de questão.

Sim, a gente tenta dividir as tarefas, por mais que os nossos horários eles são diferentes, então, às vezes a gente tenta privilegiar a questão do tempo mesmo, quem tem mais tempo disponível, mas só que uma vez ou outra, acho que parte muito de mim também, né ! Eu acho, às vezes, um pouco injusta essa divisão do tempo e tenta dividir por tarefas, né, mas a gente sempre tenta entrar num acordo sobre a divisão, então têm, sei lá, semanas que a gente dividi igualmente, então têm semanas, que um fica com mais tarefas e outro com menos tarefas, mas a gente sempre tenta dividir as tarefas (MARCELO, 2021).

Percebemos que Marcelo se trata de uma pessoa que parece compreender as questões de gênero, pois ele observa que não é por ficar mais tempo em casa que deve ter mais obrigações com o trabalho doméstico. Assim, o casal dá demonstrações de existir diálogo sobre a divisão de tarefas. Um diálogo que, muitas vezes, não ocorre entre parte considerável dos casais. Geralmente, o tempo é utilizado como forma de

dividi-las, o que de fato pode não ser justo, já que Marcelo relata que um acaba ficando com mais trabalho que o outro.

Quando questionados sobre como pensam a sua relação quando olham para o contexto de reprodução de papéis de gênero em que vivemos, Marcelo responde:

Tá ! Eu acho, que pelo menos, no meu caso, na nossa relação, a gente se distancia, no momento, da gente se sentir muito mais reflexivo e flexível, né, a essas relações, porque eu acredito que as relações heterossexuais elas estão muito presas a ideais, ideias do que é um casamento, do que é uma relação afetiva, então as pessoas tendem a se culparem ou a se aprisionarem muito mais a essas amarras, então eu acho, que enquanto casal gay, a gente sempre tende a perceber, né, quando a gente tá tendendo a reproduzir certas coisas, então a gente se questiona nesse sentido [...] (MARCELO, 2021).

O entrevistado acredita que sua relação se distancia das relações onde há reprodução de padrões de gênero. Marcelo declara que há uma flexibilidade na divisão de tarefas. Entretanto, mais importante que isto, que há reflexão sobre o assunto na relação. Ele problematiza os estigmas atribuídos ao casamento heterossexual, ligados a um certo modelo padrão que muitos acreditam que deve ser seguido. Aparentemente, a relação que Marcelo tem buscado construir com seu marido visa se afastar dessa reprodução comum, que seria aquela onde a mulher se ocupa do cuidado com a casa, enquanto o homem sai para trabalhar, tendo essa reprodução um peso histórico, como o próprio Laqueur (2001) declara. Contudo, consideramos que mesmo os casais homoafetivos podem reproduzir padrões de gênero, afinal, vivemos em uma sociedade heteronormativa.

Não é pelo fato de diversas partes do coletivo LGBTQI transgredirem normas binárias que seus membros/as possam ser colocados numa posição messiânica dentro do ativismo. O que se percebe é que assumir uma identidade diferente daquela designada ao nascer não é o suficiente para desconstruir normatizações, preconceitos e discriminações (DUARTE, 2017).

[...] Não tenho conhecimento de causa, né, para saber se os casais heterossexuais estão sempre se questionando sobre as atitudes, mas, enquanto casal gay, quando a gente tende a reproduzir alguma coisa, a gente para e pensa: por que você tá fazendo isso? Por que, que a gente não faz diferente? E ao mesmo tempo, dentro dessa mesma resposta, acho que é algo que aproxima, então mesmo sendo um casal gay, né, de dois homens, mesmo tendo essa visão de que nós não estamos cumprindo esses papéis socialmente estabelecido de casal, de casamento, a gente sempre tende a reproduzir certas coisas, então, que não foge do mesmo que os casais heterossexuais passam, né, porque a cultura tá dentro da gente, né, então a

gente como é que eu posso falar? A gente mesmo sem perceber, a gente age reproduzindo certos papéis [...] (MARCELO, 2021).

Assim, analisamos que há presença de diálogo o que parece facilitar a relação de ambos e o questionamento em relação à reprodução de papéis de gênero. O diálogo entre o casal dá mostras de contribuir para que a reprodução desses papéis não seja demasiadamente enrijecida, já que Marcelo relata que mesmo com reflexão isto ainda pode acontecer entre ele e o marido. É preciso salientar que as reflexões feitas entre o casal parecem ser algo fundamental para o estremecimento do binarismo que costuma gerar desigualdades violentas. Mais adiante, conseguimos notar, por meio da fala do Alexandre, que de fato esta escuta existe e também uma divisão acerca do trabalho doméstico, buscando-se um nivelamento.

[...] Algumas atividades a gente meio que pré estabeleceu quem que faz o que. Outras a gente divide no dia a dia mesmo e algumas também acaba mudando um pouco, porque, por exemplo, o Marcelo ele não tá ... ele tá de licença, no trabalho, né, e eu não, então algumas atividades ele acaba, executando, durante o dia, em que, ele tá, em casa, né, e aí eu faço outras, à noite, tipo: chegar e lavar a louça, arruma alguma coisa, e aí, no fim de semana, a gente, que é dia que, geralmente, a gente arruma a casa e aí a gente define o que cada um vai fazer (ALEXANDRE, 2021).

O tempo dedicado ao trabalho fora de casa aparenta ser o elemento definidor da divisão do trabalho doméstico na vida do casal Marcelo e Alexandre. Mesmo diante do acúmulo de maior demanda doméstica para Marcelo, Alexandre parece também compreender sobre a relação que esse acúmulo pode estabelecer com a reprodução de gênero.

Por exemplo, esse caso, que eu te falei de: a ! Eu tô, trabalhando aí, quando eu chego o Marcelo já fez algumas atividades e eu não. Não fiz porque eu tava no ambiente de trabalho né, acaba reproduzindo um pouco essa questão que, geralmente, num relacionamento tradicional, né, entre héteros, principalmente, antigamente ficava à cargo de uma pessoa fazer as atividades domésticas que, no caso, era a mulher, porque o homem estaria trabalhando, então, em alguns momentos, acaba, tendo essa reprodução (ALEXANDRE, 2021).

Desta forma, notamos que o processo de divisão do trabalho doméstico é imposto pelo tipo de trabalho não doméstico exercido pelo casal. Todavia, Marcelo e Alexandre não parecem acreditar que devem ser responsáveis por exercer determinados papéis binários por causa disto. O diálogo entre o casal dá sinais de contribuir, para não haver imposição de gênero devido à sobrecarga de trabalho e,

desse modo, não reproduzir entre eles estes papéis. Afinal, compreendem que, quando possível, podem dividir de outra forma as obrigações domésticas.

Quando problematizamos a divisão de tarefas entre Thiago e Mateus, um dos apontamentos posteriores de Thiago nos faz perceber que, em ambos os casamentos há uma pessoa que tem se dedicado mais aos afazeres domésticos do que a outra. O diálogo também aparece como algo que faz parte da rotina do casal, quando discutem as divisões de tarefas.

É! É um diálogo! Mas também é um consenso. Eu não sei se o Mateus gosta de fazer a louça, mas ele faz, porque eu faz muitas coisas já fora. Fora do meu lado eu já faz bastante coisa, dentro de casa, porque eu sou mais caseiro que ele. Aí ele sai pra trabalhar e eu cuido, eu faz a roupa [...] (THIAGO, 2021).

Laqueur (2001) reflete sobre o diálogo e a rotatividade quando fala que, no binarismo mais enrijecido, a cozinha é, comumente, utilizada, como forma de demarcação binária, pois, ainda é comum a mulher cozinhar e o homem ficar à mesa esperando ser servido, pois é uma prática historicamente enraizada, como o autor aponta. Todavia, no relacionamento de Marcelo e do Alexandre há certa tentativa de dividir esse trabalho, o que demonstra questionamento das demarcações homem/mulher. Mas não é só a questão da divisão de tarefas que veio à tona.

[...] Eu me vejo contribuindo de forma igual assim como o Marcelo. Acaba que, realmente, no nosso relacionamento, devido à minha área de trabalho, eu acabo, contribuindo, de certa forma, a parte financeira, né? A maior parte financeira quem contribui sou eu devido à minha remuneração ser maior que a do Marcelo e a parte de limpeza de tarefas domésticas eu também tento contribuir, mas por exemplo, o Marcelo, ele cozinha muito bem, então a parte de cozinhar a maioria das vezes fica com ele, né, embora a gente tem tentado mudar isso um pouco, de eu fazer mais comida, mesmo que não fique tão boa quanto a dele, mas eu passei a fazer também, então me vejo, contribuindo de uma forma igual. Têm as características, em que eu acabo contribuindo um pouco mais com a parte financeira, mas acho que não, de uma forma geral tem um equilíbrio, né ! Eu contribuo, assim, como ele (ALEXANDRE, 2021).

Deste modo, consideramos que a questão financeira apareceu como algo importante para o casal Alexandre e Marcelo. Alexandre parece compreender essa divisão como algo que pode vir a reproduzir algum estereótipo de gênero. Isso se evidenciou, no momento, em que ele justifica sua maior contribuição devido à sua área de trabalho. Esse tipo de divisão financeira ainda se encontra no imaginário do senso comum quando ouvimos determinados jargões que dizem que “o homem é o provedor

da casa”, por exemplo. A questão financeira é importante, porque é por meio dela que também se pode ter acesso a certa autonomia e liberdade. Quando Alexandre ressaltava que há entre eles um equilíbrio na contribuição, aparentemente calculado a partir do valor que cada um recebe, parece ter uma preocupação com a garantia dessa autonomia individual entre eles.

Algo importante a ser frisado é quanto ao casamento de integrantes da comunidade LGBTQI. O mesmo também pode ser usado como exemplo de performatividade pautada na “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2016). No Brasil contemporâneo, o casamento de seus integrantes foi aprovado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) algo que representa um avanço na conquista dos direitos para a referida população. Dentro de toda a discussão aqui, percebe-se que o matrimônio pode vir a ser um reflexo da heteronormatividade compulsória. Além do mais, se encontra no bojo da sociedade burguesa tradicional e como a burguesia é a classe social dominante, a família tradicional burguesa é tida como parâmetro do “grau” de normalidade, felicidade e sucesso da instituição (FÉLIX, 2016).

Portanto, é demonstrado como é prejudicial a imposição e/ou reprodução dentro do coletivo LGBTQI de definições de gênero rígidas. Ademais, estudar sobre a reprodução de papéis de gênero em relacionamentos homoafetivos, propicia a compreensão de como ocorrem às discriminações, tanto por parte de pessoas heterossexuais quanto membros da supracitada população.

#### **4.2 Compreensão de como cada indivíduo pensa seu papel dentro da relação conjugal**

Faz parte da cultura acreditar que aquela pessoa que cuida mais do trabalho doméstico é a mulher por uma questão cultural (LAQUEUR, 2001). Quando se trata de um casal gay, por causa dessa necessidade cultural de identificar o binarismo homem/mulher, comumente identifica-se aquela pessoa de personalidade mais branda, mais preocupada com o trabalho doméstico, como sendo a mulher da relação e que com certeza seria a pessoa sexualmente passiva.

Análogo ao que foi dito, Dieter (2012, p.02-03), continua:

[...] O único preconceito que existia em Roma, no tocante à homossexualidade, estava relacionado ao polo passivo da relação, pois esse representava a fraqueza, a impotência política. Isto é, aqueles que assumiam

este polo eram considerados inferiores, sendo que eram as mulheres, os escravos e os rapazes que desempenhavam o papel passivo.

É importante ressaltar que para ocorrer a performatividade, categoria trabalhada por Butler (2016), a reiteração será o princípio para a existência desta categoria. Afinal, é por meio dos exemplos observados que, muitas vezes, se reproduz quando crianças, que se irá espelhar para haver a própria performatividade de gênero. Como cita a própria Butler (2016, p. 56): “[...] não há identidade de gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultantes”.

Eu penso que vem muito dessa, dessa coisa de reproduzir. Aí eu volto a ideia, a essa questão do papai e da mamãe. Eu entendo de reproduzir o que você viveu, na sua infância, como seus viveram com você, lhe trataram, compartilharam a vida deles com você [...] (MATEUS, 2021).

Desta forma, refletimos que a repetição é uma regulação de performatividades baseadas no sexo, para definir quem assumirá o papel de homem ou de mulher, além de haver uma regulação da sexualidade baseadas também nesse conjunto. No que se refere à comunidade, existe uma trinca no entendimento dos papéis socialmente impostos, pois muitas/os não se enquadram no esperado para o sexo e para a sexualidade. Daí, estremecendo com as normas para a reiteração dos papéis de gênero pautadas no binarismo homem/mulher.

Entretanto, salienta-se que a própria comunidade pode performar os papéis de gênero de modo opressor, pois como qualquer ser social estão também envolvidos em convenções morais, culturais, religiosas, sociais, políticas e históricas (DUARTE, 2017).

Não existe esse papel pré-definido, como você, supostamente, eu digo pelo trabalho da sua pesquisa, existiria o homem ou a mulher isso bem determinado, você trabalha, eu cuido da casa, essas coisas não existe na nossa relação e não existe na nossa vida, nós batalhamos a grana juntos, nós batalhamos, por exemplo, por pessoas que nos interessam juntos, entendeu? Por relações juntas, por conquistas financeiras ou artísticas ou qualquer que seja, juntos (MATEUS, 2021)

Na nossa relação, alguns momentos, a gente, ele fazia sempre a comida e eu limpava quando a gente tava em Paris. E eu me perguntava muito isso: será que em outros lugares isso vai ser diferente? Eu ficava mais em casa. Eu trabalhava, mas é por que eu era estudante, eu trabalhava como baby sitter. Ele trabalhava o dia inteiro, saía, voltava, chegava de noite, tava com fome, eu tinha feito a comida, eu tinha feito a limpeza da casa e tudo isso. E nós vivemos acho que quinze anos na França, com essa relação, entendeu?



E quando eu voltei pro Brasil eu que trabalho e ele que fica mais em casa, então essa relação desses papéis eles são sempre relacionados, na vida da gente, pelo menos nesse momento, em que um tá batalhando a grana pra gente viver, entendeu ? [...] (MATEUS, 2021).

Não existe uma delimitação de papéis binários homem/mulher evidenciados. Entretanto, parece haver uma relação de poder baseada no dinheiro e não no binarismo. Mateus tem consciência de que o Thiago não faz as vias de mulher dentro da relação, e sim trata-se de um homem como ele próprio, que está na luta para sobreviver. Mateus revela um sentimento de parceria entre o casal, que parece se unir em busca da realização de planos. No entanto, pensar uma relação entre duas ou mais pessoas é pensar conflitos também.

Na realidade é bem dual ! Que eu tô me sentindo bem, em relação com o Mateus, eu sinto que eu tento minimizar, às vezes, a forma dele ser um pouquinho intransigente e de outro lado também eu sou emotivo, então, eu sinto que ele tem que aguentar também meu, minha forma de ser às vezes intolerante. Eu acho que é bem dividida, né ! Entre nós dois. Eu não sou bem o calmo e ele o mais nervoso, mas eu acho, que geralmente eu sou o mais calmo, que tenta, eu tento acalmar ele. Dele fazer que as coisas que ele quer fazer, que ele quer, que faz que ele exploda, aí fica mais calmo, mais ameno, mas, na realidade eu nunca consegue, né ! (THIAGO, 2021).

Assim, percebemos atritos que podem ocorrer na maioria dos relacionamentos sejam homoafetivos ou não. Entretanto, Mateus e Thiago parecem conseguir se entender mesmo diante dos impasses, aparentemente causados mais pelos atritos de suas personalidades quando entram em confronto. Por conseguinte, na relação, cada integrante exerce diálogo acerca das atividades cotidianas, que pretende realizar de acordo com sua identificação pessoal. Deste modo, não sendo possível declarar que há uma reprodução de gênero bem evidenciada na relação.

Eu acho que cada um tem sua afinidade, dentro de uma casa, e o que é o melhor é o diálogo. Agora eu acho muito triste de ter uns papel muito fixo, muito bloqueado, porque pode até ser duro pra um dos dois. Realmente, eu acho que esse papel da feminidade e do masculino não devia ser, mas afinal sempre tem um pouquinho. Sempre tem ! É inevitável ! Tem uma pessoa, que tem mais afinidade pra uma atividade do que o outro e, geralmente, vai comprovar, que um é um pouco mais feminino do que o outro. O outro vai ser mais atividade masculina, mas que seja fixa, que seja assim, no comportamento, sem tolerância eu acho muito triste, muito difícil de se viver (THIAGO, 2021).

Thiago sabe que a sociedade define quem seria feminino e quem seria masculino de acordo com as suas afinidades e acha errado, pois ele observa que há

um peso social grande que pode gerar sofrimento. Ao mesmo tempo deixa escapar que sempre vai ter alguém que é mais masculino ou mais feminino.

[...] Eu não sei se, realmente eu tenho papel mais feminino, mas eu acho, que acontece, já que o Mateus é mais, vai mais trabalhar fora, então ele tem mais o papel masculino e ainda mais eu acho que ele tem o caráter muito forte e eu acho que é bem masculino ele. Ele domina, ele, muitas vezes, ele tem uma visão certa, então eu acho que a gente tem um pouquinho, assim, de visão de papel feminino e masculino. Eu mais feminino e o Mateus mais masculino, bem que eu não me sinto mais feminino por isso. Eu tenho, na casa, eu sou mais caseiro, então, é isso ! Mais feminino ! Porque são uns critério muito, dizer que ficar caseiro é feminino eu acho um pouquinho errado, mas é isso ! (THIAGO, 2021)

A reafirmação de papéis de gênero se apresenta em práticas reprodutoras de preconceitos e discriminações contra a comunidade LGBTQI e pode ocorrer dentro da comunidade. Thiago parece transitar entre a visão que pretende encaixar alguém de um lado do binarismo, a partir de sua personalidade e a visão que busca questionar essa padronização como injusta. Vemos a força da reprodução social sendo exposta na fala dos casais, que ao mesmo tempo, em que reproduzem, de vez em quando alguma ideia que reitera a estigmatização, tentam escapar dela.

Dessa forma, a fixidez de papéis de gênero observamos, em indagações preconceituosas feitas para casais gays, como “quem é o homem e quem e a mulher da relação ?” No entanto, para se tratar de um relacionamento gay é necessário, justamente que hajam apenas homens na relação conjugal. O próprio trabalho doméstico pode ser utilizado como parâmetro para demarcar esse binarismo. Muitas pessoas assumem um papel, dentro de uma relação, mais por pressão social do que uma identificação pessoal. Assim, a importância da problematização.

#### **4.3 Considerações sobre a reprodução de papéis de gênero na vida dos casais gays**

A reprodução de papéis de gênero é algo inevitável quando se vive em uma sociedade binária (homem/mulher). Muito mudou em relação a esse binarismo. Hoje são identificados também travestis, não binários e gêneros fluidos. Entretanto, o binarismo homem/mulher ainda é hegemônico nas relações sociais.

Duarte (2017) continua colocando, que o binarismo de gênero afeta muito a população travesti e transexual. A autora também declara, que o preconceito e a

discriminação são fortes fatores, para impedir esta população de exercer seus direitos cívicos, pois a sociedade estabelece estereótipos de gênero baseados em um tipo heteronormativo de “ser homem” e de “ser mulher”.

Duarte (2017, p.81) continua:

[...] Travestis e transexuais são, normalmente, relegadas à margem; não apenas em relação à negação de espaços por meio dos vários tipos de violências e preconceitos, mas também territorialmente, encontrando moradia nas áreas da periferia e trabalhando na prostituição ou em empregos considerados subalternizados [...]

Um exemplo de forte quebra da continuidade citada por Butler (2016), são os/as transexuais homossexuais pois, ao nascer, são designados a um gênero, porém identificam-se com o gênero oposto ao esperado. Isto reforça a teoria de Butler (2016) de que gênero se trata, em seu cerne, de um conjunto de performatividades.

Nessa direção Butler disserta (2016, p.67):

[...] a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e ressignificação[...].

Dentro desta perspectiva, faz-se necessário dialogar sobre os queers, pois entram no entendimento de que essa continuidade entre esses quatro eixos: sexo, prática sexual, gênero e sexualidade são formas de regular a sociedade, por isso não se identificam dentro dos binarismos homem/mulher e/ou heterossexual/homossexual. Daí a expressão “queer”, a qual representa todas as sexualidades e performances de gênero variadas sem se prender aos binarismos. Miskolci (2009, p.169) complementa:

Os teóricos queer focaram na análise dos discursos produtores de saberes sexuais por meio de um método desconstrutivista. Ao invés de priorizar investigações sobre a construção social de identidades, estudos empíricos sobre comportamentos sexuais que levem a classificá-los ou compreendê-los, os empreendimentos queer partem de uma desconfiança com relação aos sujeitos sexuais como estáveis e foca nos processos sociais classificatórios, hierarquizadores, em suma, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos. Ao colocar em xeque as coerências e estabilidades que, no modelo construtivista, fornecem um quadro compreensível e padronizado da sexualidade, o queer revela um olhar mais afiado para os processos sociais normalizadores que criam classificações,

que, por sua vez, geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares.

No tocante aos casais gays, a reprodução de papéis binários pode também ocorrer. Há possibilidades do próprio casal não enxergar e reproduzir o binarismo predominante na sociedade. Isto por se tratar do fato de, assim, como quaisquer pessoas, viverem, em uma sociedade heteronormativa. A identificação da reprodução dependerá de muitos fatores, um deles pode ser o nível de instrução dos indivíduos e a abertura para o diálogo que pode causar confronto sobre o assunto, além de mudanças significativas nestas reproduções.

O entrevistado Marcelo, por exemplo, discorre que não é possível não reproduzir esses papéis sociais em algum momento, devido à sociedade na qual estamos inseridos. Entretanto, ele tem uma postura reflexiva e se propõe a mudanças, além dele parecer compreender a fluidez argumentada por Miskolci (2009).

Portanto, refletimos que os casais dessa pesquisa, que vivenciam uma sociedade binária, reproduzem características do binarismo homem/mulher. Entretanto, observamos fluidez quanto a reprodução dessas características. Essa fluidez parece ocorrer devido ao diálogo e ao nível educacional ou de acesso a discussão por parte dos casais. Ademais, por possuírem certa compreensão de que a reprodução binária dos papéis de gênero pode ocorrer na sua relação, eles entram em diálogo e muitas vezes conseguem barrar essas reproduções de papéis socialmente estabelecidos. Por outra via, também consideramos que eles próprios produzem papéis de gênero dentro de seus relacionamentos.

Ademais, percebemos que o trabalho de investigação não possui uma conclusão, já que este trabalho se trata de um primeiro exercício problematizador, de cunho mais exploratório. Deste modo, compreendemos que as discussões não podem se encerrar aqui, sendo necessário mais estudos acerca do tema para aprofundar as investigações e reflexões. Afinal, estas pesquisas podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de apoio às lutas da comunidade LGBTQI.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por compreender a reprodução de papéis de gênero binários dentro do casamento entre homens gays cisgêneros, possibilitou que entendêssemos melhor sobre a comunidade LGBTQI e sua história de luta em busca de direitos, além aprofundar o olhar sobre a essência das categorias de gênero e sexualidade.

Assim, foi importante resgatar elementos sobre a história e luta da comunidade LGBTQI, pois isso evidencia a necessidade de existir e resistir por meio de movimentos sociais, diálogos, passeatas, protestos, representações políticas e jurídicas.

Entre as possíveis reflexões dadas por essa pesquisa, constatamos que são diversas as formas de vivenciar a sexualidade e de performar o gênero. Percebemos que os gêneros não são estáticos, mas sim fluidos. Desta maneira, impor uma fixidez de gênero e de sexualidade apenas contribui para gerar uma sociedade adoecida, violenta e desigual. Chegar a esta conclusão foi possível tanto por meio das análises bibliográficas, quanto por meio das análises das entrevistas.

Os casais entrevistados demonstraram a fluidez na produção e na reprodução dos papéis de gênero em sua relação conjugal. Em dado momento notamos reproduções que tanto dialogam com o que se compreende ser do universo masculino, quanto feminino. Por conseguinte, a flexibilidade na vivência dos papéis de gênero expressada pelos casais parece se dar devido ao fato de haver diálogo entre eles e da capacidade de construção e reconstrução dos papéis de gênero, possibilitados pela própria característica do conceito, sendo ele uma construção histórico-cultural.

Portanto, refletimos que os papéis de gênero tanto são reproduzidos quanto produzidos nas relações conjugais aqui evidenciadas. É importante ressaltar que não houve possibilidade de aprofundar as reflexões, devido ao contexto pandêmico e ao caráter introdutório dessa pesquisa. Dessa forma, salientamos a necessidade da ampliação das investigações acerca do tema trabalhado, para haver melhor respaldo teórico para outros acadêmicos e também poder contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que apoiem a existência e a visibilidade da comunidade LGBTQI.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marta Rodrigues de Moraes; FERRARI, Ilca Franco. Casar, filiar, procriar: reivindicações na homossexualidade masculina. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 25-43, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v43n1/v43n1a02.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

APOLINÁRIO, Eleonora Beatriz Ramina; MANFREDINI, Giulia Aniceski; GRALAK, Mariana Mehl et al. As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969): “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015). **Epígrafe**, São Paulo, v.7, n.7, pp.97-108, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/154048/155550>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BEAL, George M.; BOHLEN, Joe M.; RAUDABAUGH, J. Neil. **Liderança e dinâmica de grupo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. In: BUTLER, Judith. **Desfazendo o Gênero**. Nova York, Londres: Routledge, 2004, pp. 40-56.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIETER, Cristina Ternes. As raízes históricas da homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional. **IBDFAM**: portal eletrônico de informações, 2012. Disponível em: [http://www.ibdfam.org.br/\\_img/artigos/As%20ra%C3%ADzes%20hist%C3%B3ricas%2012\\_04\\_2012.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/As%20ra%C3%ADzes%20hist%C3%B3ricas%2012_04_2012.pdf). Acesso em: 01 jun. 2018.

DUARTE, Jessyca Barbosa. **Entre os estigmas e a desconstrução**: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e de transexuais. 2017. 197f. Dissertação (Mestrado Acadêmico Em Serviço Social, Trabalho E Questão Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: [http://www.uece.br/mass/dmdocuments/jessyca\\_barbosa\\_dissertacao\\_finalizada.pdf](http://www.uece.br/mass/dmdocuments/jessyca_barbosa_dissertacao_finalizada.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FELIX, Alexandre Landim. **Direitos humanos, religião e política**: da união civil ao casamento igualitário no Brasil. 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

FÉRES-CARNEIRO, Teresinha. A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.10, n.2, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREITAS, Keilla. **Surto, Pandemia, Epidemia e Endemia**: compreenda a diferença. Disponível em: <https://www.drakeillafreitas.com.br/surto-pandemia-epidemia-e-endemia/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

FROTA, Maria Helena de Paula, OSTERNE Maria do Socorro Ferreira (Orgs). **Família, Gênero e Geração**: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004.

GOFFIN, Gerry; KING, Carole; WEXLER, Jerry. (You make me feel like) A natural woman. Intérprete: Aretha. In: ARETHA. **Lady Soul**. New York: Atlantic Records, p1968. 1 disco sonoro (30min 08s), 45 rpm, estéreo.,10 pol. Lado Um, Faixa 5 (2min 44 s).

GOHN, Maria da Glória (org). **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. Petrópolis: Vozes, 2008.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Pesquisa em Ciências Sociais**: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: EUFC, 1999.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório parcial por ocasião do Dia Internacional contra a Homofobia**. 2019. Disponível em:<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: Gênero e Identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.26, n.1, p. 61-73, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/307814198\\_Genero\\_classe\\_e\\_raca\\_Inters\\_eccionalidade\\_e\\_consubstancialidade\\_das\\_relacoes\\_sociais](https://www.researchgate.net/publication/307814198_Genero_classe_e_raca_Inters_eccionalidade_e_consubstancialidade_das_relacoes_sociais). Acesso em: 12 maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 19 ago. 2021.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud/Thomas Laqueur. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 07-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MAGALHÃES, Fernando Lima. Consequências do preconceito social exercido contra gays, lésbicas e bissexuais e suas repercussões psicológicas. **Texto apresentado na primeira Jornada Nortenha de Sexualidade Humana**, Porto, dez., 2006. Disponível em: [http://fernandomagalhaes.pt/preconceito\\_sexual.html](http://fernandomagalhaes.pt/preconceito_sexual.html) Acesso em: 15 maio 2017.

MELLUCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultural. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan/jun. p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, Richard. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, n.3, set./dez 2006.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, UFPO, 2012.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino et. al. Relacionamentos amorosos e homossexualidade: revisão integrativa da literatura. *Trends in Psychology / Temas em Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 547-563, 2015. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a03.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães. (Entre) Linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in) formação na/da abordagem (auto) biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/1059>. Acesso em: 03 mar. 2018.

OS Imorais. Direção: Geraldo Vietri. Produção: Geraldo Vietri. Roteiro: Geraldo Vietri. Elenco: Paulo Castelli, João Francisco Garcia, Sandra Bréa. São Paulo: E. C. Distribuidora e Importadora Cinematográfica Ltda.; Marte Filmes S.A, 1979. 1 vídeo (2:13:29 seg.), Adobe Flash Player,son., color.; 360 pixels. Filme brasileiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AkJrC41tSBM>>. Acesso em: 03 mar. 2018.



PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores Sociais da Diferença nas Experiências Travestis de Enfrentamento à aids. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 76-85, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 312, jan./abr. 2011.

SCOTT, Joan. Tradução: DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 03 mar. 2017.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n.1, p. 145 -159, jan./mar. 2013. Disponível em:<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/98919/000881973.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov. 2020.

TERMO de Consentimento Livre e Esclarecido. Disponível em:<https://www.uniara.com.br/comite-de-etica/termosobrigatorios/termo-de-consentimento-livre-e-esclarecido-tcle/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

Ocorre a divisão de tarefas no seu dia a dia? Se sim, de que forma?

Pensando em grande parte das relações heterossexuais e na forma como os papéis de gênero são reproduzidos, o que você acha e poderia dizer, tendo como parâmetro a sua relação, que se aproxima ou se distancia dessas reproduções de padrão de gênero?

O que você pensa sobre o seu papel dentro do seu casamento?

Você já teve acesso a alguma leitura ou discussão crítica ou teórica sobre gênero?

## APÊNDICE B - NOVO ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O MARCELO

- Como você e o Alexandre se conheceram?
- Você disse, na entrevista passada, que trabalha como servidor público na função de monitor de desenvolvimento infantil, pode falar sobre a sua formação?
- O que vocês gostam de fazer para se divertir juntos?
- Você declarou, na entrevista passada, que se identifica enquanto homem, mas vê essa identificação um pouco mais alargada do que as pessoas defendem em sua maioria. Como você enxerga esse alargamento?
- Você tem 26 anos e o Alexandre 31 anos. Existe aí uma diferença geracional entre ambos. Você acredita haver algum impacto na relação, por causa dessa diferença geracional?
- Marcelo! O que você pensa sobre as relações, que dividem fixamente atividades, personalidades, comportamentos e outros aspectos baseados em papéis ditos “femininos” ou “masculinos”?

## APÊNDICE C - NOVO ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O ALEXANDRE

- Como você e o Marcelo se conheceram?
- O que vocês gostam de fazer para se divertir juntos?
- Você tem 31 anos e o Marcelo 26 anos. Existe aí uma diferença geracional entre ambos. Você acredita haver algum impacto na relação, por causa dessa diferença geracional?
- Alexandre! Você disse, na outra entrevista, que estão tentando dividir e revisar mais as tarefas domésticas entre vocês. Poderia falar mais sobre o motivo de terem chegado a essa conclusão?
- Alexandre! O que você pensa sobre as relações que dividem fixamente atividades, personalidades, comportamentos e outros aspectos baseados, em papéis ditos “femininos” ou “masculinos”?
- Por fim, você pode falar um pouco sobre a sua personalidade, dentro do seu casamento?

## **APÊNDICE D - NOVO ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O MATEUS**

Quero agradecer por topar dar uma nova entrevista. Sua entrevista ficou muito boa, mas, analisando a sua entrevista eu senti, que eu precisava voltar a lhe entrevistar, para fazer novas perguntas baseado, nas suas respostas, para poder me aprofundar mais.

- Mateus ! Você disse que tinham coisas, as quais você via, no relacionamento, dos seus pais, que não eram tão verdadeiras. Seria possível falar sobre isso, Mateus ? Só se você se sentir à vontade.
- Mateus ! O que você pensa sobre as relações, que dividem, fixamente, atividades, personalidades, comportamentos e outros aspectos baseados, em papéis, ditos “femininos” ou “masculinos”?

## APÊNDICE E - NOVO ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O THIAGO

- Você falou que, quanto ao trabalho doméstico cada um faz o que prefere. Você poderia falar um pouco do dia a dia de vocês em casa, e do que você prefere fazer, do que gosta ou não gosta de fazer, em relação ao trabalho doméstico?
- Você falou sobre um filme chamado “Beijos escondidos”. Por qual motivo esse filme lhe comoveu?
- Thiago! O que você pensa sobre as relações que dividem fixamente atividades, personalidades, comportamentos e outros aspectos baseados em papéis ditos “femininos” ou “masculinos” ?

## **ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

### **Dados de identificação**

Título do Projeto: “Reflexões sobre a reprodução das identidades de gênero em relacionamentos homoafetivos”.

Pesquisador Responsável: Pedro César Pereira Faria Santos

Data de nascimento: R.G.:

Nomes dos participantes:

Vocês estão sendo convidadas(os) a participar como voluntárias(os), do projeto de pesquisa “Reflexões sobre a reprodução das identidades de gênero em relacionamentos homoafetivos”, de responsabilidade do pesquisador Pedro César Pereira Faria Santos.

Leiam cuidadosamente o que segue e me perguntem sobre qualquer dúvida que vocês tiverem. Após serem esclarecidas(os) sobre as informações a seguir, caso aceitem fazer parte do estudo, assinem ao final deste documento, que consta em três vias. Duas vias pertencem a vocês e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa, vocês não sofrerão nenhuma penalidade.

### **Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

1. O trabalho tem por finalidade investigar sobre possíveis reproduções e/ou produções papéis de gênero que ocorram em relacionamentos conjugais homoafetivos.
2. A nossa participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista semiestruturada. A entrevista será gravada, por meio de gravador de áudio de um celular. Seus participantes serão entrevistados pelo discente, em Serviço Social, da Universidade Estadual do Ceará, Pedro César Pereira Faria Santos. Ademais, a entrevista será realizada por meio de vídeo chamada na plataforma meet. Ainda, o conteúdo da entrevista trata-se de indagações acerca do relacionamento conjugal do casal entrevistado.
3. Ao participar dessa pesquisa estaremos contribuindo, no âmbito pessoal, para o pesquisador, ao trazer para o mesmo uma melhor compreensão acerca de como sua sexualidade é percebida, dentro da sociedade brasileira, proporcionando um maior respaldo teórico para lutar contra qualquer tipo de preconceito ou discriminação contra o mesmo ou qualquer outro membro da comunidade LGBTQI. Além disso, no âmbito acadêmico, o dito trabalho poderá servir como referência para outros acadêmicos que pretendam dissertar acerca do mesmo tema. Por conseguinte, no âmbito social, será possível ajudar casais a se libertar de paradigmas de gênero que possam servir apenas como forma de opressão, discriminação e preconceito. Além de ajudar familiares e amigos a entender melhor seus entes e aceitá-los, do mesmo modo que aqueles, os quais não possuem contato com casais homoafetivos e são contra a união civil dos mesmos, possam perceber que se tratam de casais como

outros quaisquer. Também poderá ser possível a pesquisa ajudar a desenvolver mais políticas públicas que apoiem às lutas civis da população LGBTQI.

4. Não teremos nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderemos deixar de participar ou retirar nosso consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofreremos qualquer prejuízo.

5. Fomos informadas(os) e estamos cientes de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por nossa participação, no entanto, caso nós tenhamos qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, seremos ressarcidas(os).

6. Nossos nomes serão mantidos em sigilo, assegurando assim a nossa privacidade, e se nós desejarmos teremos livre acesso a todas às informações e explicações adicionais sobre o estudo e suas consequências. Enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

7. Fomos informadas(os) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados e apresentados em encontros acadêmicos.

8. Qualquer dúvida, peço a gentileza de entrar em contato com Pedro César Pereira Faria Santos, pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: e-mail:

Eu, \_\_\_\_\_ declaro ter sido informada e concordo em participar, como voluntária(o), do projeto de pesquisa acima descrito.

Fortaleza-CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

---

Assinatura da participante

---

Assinatura da participante

---

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento





 **framandele**  
editora

ISBN 978-659837480-8



9 | 786598 | 374808